

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES  
PÚBLICAS

João Carlos Premniska Jarosezwski

**ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO**

Santa Maria, RS

2020

**João Carlos Preniska Jarosewski**

**ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO  
MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Orientador: Prof. Dr. Reisoli Bender Filho

Jarosewski, João Carlos  
ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO / João Carlos Jarosewski.-  
2020.

97 p.; 30 cm

Orientador: Reisoli Bender Filho Bender Filho  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS, 2020

1. PNAE 2. Agricultura Familiar 3. Dom Pedrito I.  
Bender Filho, Reisoli Bender Filho II. Título.

João Carlos Prerniska Jarosezwski

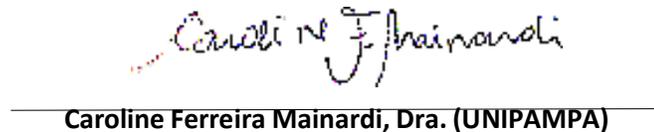
**ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO  
MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

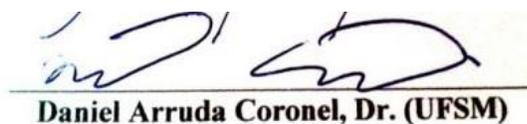
Aprovado em 31 de agosto de 2020:



Reisoli Bender Filho, Dr. (UFSM)



Caroline Ferreira Mainardi, Dra. (UNIPAMPA)



Daniel Arruda Coronel, Dr. (UFSM)

# ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO

AUTOR: João Carlos Prerniska Jarosewki

ORIENTADOR: Reisoli Bender Filho

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as principais dificuldades enfrentadas no município de Dom Pedrito para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tanto do ponto de vista dos gestores públicos quanto da perspectiva dos agricultores familiares locais. Esse programa, instituído por meio da Lei n. 11.947, de 2009, estipula que, no mínimo, 30% dos recursos do PNAE sejam destinados para a compra de produtos oriundos da agricultura familiar local. Em termos metodológicos, o estudo pode ser classificado como qualitativo quanto à sua abordagem, aplicado quanto à sua natureza e exploratório e descritivo quanto aos seus objetivos. Considerando essas definições, a coleta foi realizada de forma bibliográfica e documental para a obtenção dos dados secundários. Para a coleta de dados primários foram aplicadas entrevistas semiestruturadas aos agentes públicos e aos agricultores familiares. Quanto aos resultados, observou-se que alguns empecilhos são conhecidos por ambas as categorias, como a dificuldade de acesso que os produtores possuem para entregar suas mercadorias na área urbana, desde as distâncias necessárias a percorrer até as condições das estradas rurais do município. O fracionamento na entrega e a necessidade de haver outras formas de subsídio aos produtores rurais também se mostraram difíceis para o bom desempenho do PNAE, como também a falta de documentação por parte de alguns agricultores. Outras dificuldades estão relacionadas a produção insuficiente dos alimentos necessários às escolas municipais e as condições climáticas, quando levado em consideração as chuvas, secas e intempéries. Do ponto de vista dos gestores da Prefeitura Municipal e também da EMATER, se fazem necessárias formas de financiamento aos agricultores, seja por meio de fortalecimento de políticas já existentes, seja por novas formas de financiamento público, além da necessidade de melhorias na infraestrutura e na logística de entrega dos alimentos nas escolas municipais. A partir disso, constatou-se a ausência de um planejamento conjunto para a produção adaptada às necessidades das escolas municipais e os produtores rurais. Para isso, se torna necessário mapear a produção e alinhar às necessidades das escolas municipais.

**Palavras-chave:** PNAE. Agricultura Familiar. Dom Pedrito.

AUTHOR: João Carlos Prerniska Jarosewski  
ADVISOR: Reisoli Bender Filho

#### **ABSTRACT**

This work has as main objective to analyze the main difficulties faced in the city of Dom Pedrito for the execution of the National School Feeding Program (PNAE), both from the point of view of public managers and from the perspective of local family farmers. This program, instituted by Law no. 11,947, of 2009, stipulates that, at least, 30% of the PNAE's resources are destined for the purchase of products from local family farming. In methodological terms, the study can be classified as qualitative in terms of its approach, applied in terms of its nature and exploratory and descriptive in terms of its objectives. Considering these definitions, the collection was carried out in a bibliographic and documentary way to obtain secondary data. For the collection of primary data, semi-structured interviews were applied to public agents and family farmers. As for the results, it was observed that some obstacles are known by both categories, such as the difficulty of access that producers have to deliver their goods in the urban area, from the necessary distances to travel to the conditions of the rural roads in the municipality. The split in delivery and the need for other forms of subsidy for rural producers also proved to be difficult for the good performance of the PNAE, as well as the lack of documentation on the part of some farmers. Other difficulties are related to the insufficient production of food needed by municipal schools and climatic conditions, when taking into account the rains, droughts and bad weather. From the point of view of city hall managers and also from EMATER, forms of financing for farmers are necessary, either through the strengthening of existing policies, or through new forms of public financing, in addition to the need for improvements in infrastructure and food delivery logistics in municipal schools. From this, it was found the absence of joint planning for production adapted to the needs of municipal schools and rural producers. For this, it is necessary to map production and align with the needs of municipal schools.

**Keywords:** PNAE. Family farmers. Dom Pedrito.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução dos recursos e dos alunos atendidos pelo PNAE, no período de 2010 a 2019 .....	23
Figura 2 - Mesorregiões do Rio Grande do Sul .....	29
Figura 3– Percentual do PNAE destinado à agricultura familiar do município de Dom Pedrito, no período 2012-2019 .....	36

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Identificação dos entrevistados.....	41
Quadro 2 – Propostas para ampliação dos recursos do PNAE destinados à agricultura familiar .....	73
Quadro 3 – Propostas para ampliação dos recursos do PNAE destinados à agricultura familiar .....	75

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Pessoal ocupado na agricultura familiar e não familiar no Rio Grande do Sul nos censos de 2006 e 2017.....	27
Tabela 2 – Área das propriedades rurais do sudoeste do Rio Grande do Sul, conforme censos 2006 e 2017 .....	28
Tabela 3 – Área, população e densidade demográfica das mesorregiões do Rio Grande do Sul .....	30
Tabela 4 – Percentual de rebanho por mesorregião do RS.....	31
Tabela 5 – Agricultura familiar nas mesorregiões do Rio Grande do Sul .....	32
Tabela 6 – Percentual anual de destinação do PNAE por município da mesorregião Sudoeste .....	33
Tabela 7 – Municípios com maior Valor Adicionado Bruto da agropecuária no Rio Grande do Sul no ano de 2015 .....	35
Tabela 8 – Resumo da metodologia desenvolvida no trabalho.....	39
Tabela 9 – Chamadas públicas realizadas pelo município de Dom Pedrito, entre 2014 e 2019.....	45
Tabela 10 – Destinação de verba das chamadas públicas realizadas em 2015 .....	48
Tabela 11 – Destinação de verba das chamadas públicas realizadas em 2016 .....	49
Tabela 12 – Destinação de verba das Chamadas públicas realizadas em 2017.....	50
Tabela 13 – Destinação de verba das Chamadas públicas realizadas em 2018.....	51
Tabela 14 – Destinação de verba das Chamadas públicas realizadas em 2019.....	52
Tabela 15 – Destinação de verba das chamadas públicas realizadas pelo município de Dom Pedrito para o período de 2014 a 2019 .....	52
Tabela 16 - Assuntos abrangidos na entrevista com os secretários municipais. ....	55
Tabela 17 - Assuntos abrangidos na entrevista com os servidores do setor de alimentação. ....	58
Tabela 18 – Assuntos abrangidos na entrevista da presidente da CAE.....	61
Tabela 19 – Assuntos abrangidos na entrevista com a extensionista da EMATER .....	62
Tabela 20 – Assunto abrangido pelos agricultores. ....	64

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
	PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
	JUSTIFICATIVA .....	16
	OBJETIVOS.....	18
	<b>Objetivo Geral</b> .....	18
	<b>Objetivos Específicos</b> .....	18
	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	18
2	<b>A AGRICULTURA FAMILIAR E O PNAE NA CONSTRUÇÃO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO BRASIL</b> .....	20
	DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E O DIREITO ALIMENTAR .....	20
	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	21
	AGRICULTURA FAMILIAR .....	25
3	<b>CARACTERIZAÇÃO DA MESORREGIÃO SUDOESTE E DO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO</b> .....	29
	MESORREGIÃO SUDOESTE DO RIO GRANDE DO SUL .....	29
	<b>Atividades produtivas</b> .....	30
	<b>Agricultura familiar na mesorregião Sudoeste do Rio Grande do Sul</b> .....	32
	MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO: ESTRUTURA PRODUTIVA.....	34
	<b>Agricultura familiar e o PNAE</b> .....	35
4	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	38
	DELINEAMENTO METODOLÓGICO .....	38
	COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS .....	39
	<b>Dados primários</b> .....	40
	<b>Dados secundários</b> .....	42
	MÉTODOS DE ANÁLISE.....	43
	<b>Pesquisa bibliográfica e documental</b> .....	43
	<b>Análise de conteúdo</b> .....	44
5	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	45
	CHAMADAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DOM PEDRITO .....	45
	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: GESTORES MUNICIPAIS E AGRICULTORES.....	54
	<b>Secretários municipais</b> .....	54
	<b>Gestores do setor de alimentação escolar</b> .....	58
	<b>Presidente da CAE</b> .....	60
	<b>Extensionista rural social da EMATER</b> .....	62

## SUMÁRIO

PROPOSIÇÃO DE AÇÕES À EFETIVAÇÃO DO PNAE .....	70
6 CONCLUSÕES.....	77
REFERÊNCIAS .....	79
APÊNDICE A.....	88
APÊNDICE B.....	90
APÊNDICE C.....	92
APÊNDICE D .....	94
APÊNDICE E .....	96

## 1 INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1948, expediu a Declaração Universal dos Direitos Humanos englobando, em seu texto, direitos básicos para que todos os seres humanos vivam com dignidade. Dentre esses princípios estava a alimentação como parte de direitos mais amplos, denominados saúde e bem-estar.

Segundo Albuquerque (2009), o direito humano à alimentação adequada foi reconhecido em 1966, a partir do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), quando 146 países reafirmaram e ratificaram seu reconhecimento. No Brasil, esse pacto foi aprovado pelo Congresso Nacional, no ano de 1991, a partir do decreto n. 226. Após essa aprovação, no ano seguinte, entrou em vigor a ordem de execução desse pacto a partir da publicação do decreto n. 591/1992.

Entretanto, a alimentação, como direito social, somente foi conquistada no Brasil a partir do ano de 2010, com a publicação da emenda constitucional n. 64, que alterou o art. 6º da Constituição Federal, onde consta que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Partindo desse pressuposto, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2017) estabeleceu que o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) tem duas dimensões: o direito de estar livre da fome e o direito a uma alimentação adequada. A realização destas duas questões é de crucial importância à conquista de todos os direitos humanos. Os principais conceitos empregados na definição de DHAA passam pela disponibilidade de alimentos, adequação, acessibilidade e estabilidade do acesso a alimentos de forma soberana, sustentável, digna e emancipatória.

Entretanto, foi em 1996, durante a Cúpula Mundial de Alimentação, que chefes de estado se empenharam no sentido de fortalecer o “direito fundamental de estar livre da fome” (ALBUQUERQUE, 2009). Esta indicação levou a um plano de ação que apontava alguns compromissos, tais como os de assegurar um ambiente político, social e econômico para viabilizar melhores condições à erradicação da pobreza e a implementação de políticas com a finalidade de erradicar a pobreza e a desigualdade à promoção da segurança alimentar e sustentável para todos.

Segundo Siqueira *et al.* (2012), o fato de ser signatário de acordos internacionais que reconhecem o Direito Humano à Alimentação Adequada e de ter inserido este direito na sua Constituição Federal, impõem ao estado brasileiro o dever de prover, proteger e promover o DHAA.

Levando isso em consideração, os compromissos assumidos pelo Governo Federal desde 2003, ao objetivar o combate à fome e à miséria por meio do programa fome zero, trilharam a construção da agenda da segurança alimentar e nutricional enquanto uma política de Estado, em um amplo processo intersetorial e com participação da sociedade civil.

Assim, no ano de 2006, definiram-se os marcos legais e institucionais dessa agenda, como a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN); a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), ligado à Presidência da República por seu caráter estratégico; a instalação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2012/2015.

Associado a isso, juntamente com a parceria entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o CONSEA foi encaminhada proposta de lei sobre a alimentação escolar no país, a qual foi sancionada em 2008 e denominado de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse programa busca atender ao disposto no artigo 30, inciso VI da Constituição Federal de 1988, que deu competências aos municípios para manter programas de educação infantil e também do ensino fundamental a partir de cooperação técnica e financeira com a União e com os estados. Também coaduna-se com os artigos n. 205 e 208 dessa mesma constituição, os quais estabelecem os princípios e os deveres com a educação.

Outros princípios básicos à educação e à alimentação na escola já estavam previstos na Lei n. 9.394, de 1996, a lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB). Também, a partir dessa preocupação, foi publicada no ano de 2001 o Plano Nacional de Educação, pautado pela Lei n. 10.172 que pormenorizou os objetivos e metas, destacando entre elas o artigo 12, que visa “ garantir a alimentação escolar às crianças atendidas na educação infantil, nos estabelecimentos públicos e conveniados, a partir da colaboração financeira da União e dos estados” (BRASIL, 2001).

Para fazer frente a essa demanda, uma das medidas implementadas foi a instituição da Lei n. 10.696, de 2003, que definiu o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, com o consumo e a valorização dos alimentos produzidos, dessa forma, abastecer, a partir das compras públicas, a alimentação escolar fortalecendo circuitos locais e regionais de comercialização (BRASIL, 2003).

Outros marcos legais que foram importantes à implantação do PNAE também se encontram na resolução n. 358/2005, do Conselho Federal de Nutricionistas, a qual determinou as atribuições do nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar. Da mesma forma, em 2006, foi publicada a portaria interministerial n. 1.010, do Ministério da Educação, em conjunto com o Ministério da Saúde,

instituindo as diretrizes à Promoção da Alimentação Saudável nas escolas da educação infantil, fundamental e nível médio em âmbito nacional. Na mesma linha, foi publicada a Lei n. 11.346/2006 criando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2006).

Com essa estrutura legal, a fim de alcançar os objetivos propostos, se deu uma maior atenção aos agricultores familiares, pois a partir da vigência da Lei n. 11.947, de 2009, 30% do valor repassado pelo PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar. Com essa medida buscou-se promover a segurança alimentar e nutricional (SAN) bem como o desenvolvimento regional sustentável, conforme discutido por Santos *et al.* (2014). No mesmo sentido, a partir dessa legislação fica definido como objetivo de política pública o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

## PROBLEMA DE PESQUISA

Após a publicação da Lei n. 8.666/1993, conhecida como lei de licitações, não houve nenhuma preocupação com as questões de produção e de mercado alimentar, conforme discute Triches (2012). Desta maneira, não foi previsto qualquer tipo de procedimento referente a aquisição de alimentos, especialmente aqueles relacionados aos produzidos pela agricultura familiar. Seguindo Triches (2012), a falta de regramento gerava muitas interpretações, fazendo com que a máquina administrativa, incluindo setor de compras, setor financeiro, setor jurídico e tesouraria, justificasse a impossibilidade de realizar tal processo.

Entretanto, a lei que instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desburocratizou o processo de aquisição de produtos da agricultura familiar para atender os programas públicos dessa área ao dispensar as regras engessadas da lei de licitações, conforme Januario (2013). Desta forma, teve origem o marco legal que possibilitou ao estado apoiar os processos de comercialização da produção dos agricultores familiares (MATTEI, 2007). Complementa Peixinho (2011), os agricultores familiares sempre enfrentaram muitos obstáculos, exemplo disso é a falta de política de crédito, infraestrutura e, principalmente, uma política de regulação de preços e ausência de canais de comercialização dirigidos especificamente para sua produção agrícola.

Mesmo com esse problema e, de acordo com Ferigollo *et al.* (2017), 71,2% dos municípios do estado do Rio Grande do Sul conseguem destinar corretamente 30% do valor das compras com o recurso do PNAE aos produtos provenientes da agricultura familiar. As aquisições se dão tanto nos produtos de origem animal (79,8% dos municípios) quanto nos de origem vegetal (90,4% dos municípios), sendo que os produtos *in natura* predominaram com um percentual de 92,1%.

Apesar destes números, algumas regiões encontram mais dificuldade para atender os objetivos do PNAE, caso da mesorregião Sudoeste do Rio Grande do Sul, cujos municípios não alcançaram o percentual previsto em lei para a agricultura familiar na maioria dos anos. Considerando os 19 municípios que integram a mesorregião, poucos conseguiram cumprir a legislação federal destinando o correspondente a 30% do previsto, sendo que apenas o município de Manoel Viana cumpriu a legislação em todos os anos (PNAE, 2019).

Incluso nesta divisão territorial encontra-se o município de Dom Pedrito, um dos mais populosos da mesorregião, contando população de 38.916 habitantes, sendo cerca de 35.000 na zona urbana e mais de 3.500 na zona rural (IBGE, 2010). Porém, há no município mais de 700 propriedades que são classificadas como atividade de agricultura familiar, as quais representam pouco mais da metade das propriedades rurais do município. Apesar da representatividade deste segmento, o município é um dos que apresenta a menor destinação dos fundos do PNAE à agricultura familiar da mesorregião, com média de 29,94%, considerando os dados do PNAE, de 2012 a 2016 (PNAE, 2019).

Ainda, destaca-se que o município possui 43 escolas, entre o nível estadual e o municipal, onde são atendidos mais de 7.000 alunos (PNAE, 2019). Conforme apresentado, o município não conseguiu cumprir a legislação referente aos repasses do PNAE na maioria dos anos analisados. Sobre isso, Melo Dorneles *et al.* (2018) destacam que as chamadas públicas não têm sido suficientes para contemplar o percentual da legislação, sendo necessários, portanto, maiores esforços dos participantes envolvidos nas compras.

Decorrente destas condições, o entendimento dos fatores deste não atendimento torna-se uma questão de política pública local, fazendo-se necessário uma análise ampla. Por um lado, discutir quais os problemas que o município enfrenta para conseguir atender os produtores da agricultura familiar e, por outro, quais os principais entraves que essas famílias enfrentam para participar do processo de compra da prefeitura e conseguir fornecer seus produtos adequadamente.

Considerando tais aspectos, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Quais as dificuldades enfrentadas pela gestão municipal de Dom Pedrito para o atendimento dos limites propostos à aplicação dos recursos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e pelos produtores familiares em participarem deste processo?

## JUSTIFICATIVA

A lei n. 11.947, de 2009, além de dispor sobre a alimentação escolar, garantiu que a agricultura familiar fosse contemplada no momento que estabeleceu percentual mínimo do PNAE para compra de alimentos provenientes da agricultura familiar. De acordo com Procópio (2015), essa legislação garante um mercado estável e regular para a produção familiar. Nesta mesma linha, Turpin (2009) destaca que, além de atender a demanda das escolas, a alimentação escolar é um fator de desenvolvimento local por meio do apoio à agricultura familiar.

A partir da publicação dessa legislação houve a abertura deste mercado institucional possibilitando a utilização de, no mínimo, R\$3,76 bilhões na compra de produtos de pequenos produtores rurais no ano de 2015 (FNDE, 2019), que sempre enfrentaram dificuldades de comercialização, beneficiando, dessa forma, mais de 41 milhões de alunos de escolas públicas diariamente.

Trata-se de uma medida que representa uma nova perspectiva para a categoria dos agricultores familiares, possibilitando-os de realizar vendas diretamente ao governo dos diversos gêneros alimentícios à merenda escolar. Diversos trabalhos sugerem algumas contribuições a partir da publicação dessa lei, caso de Santos (2013) que atribui ao PNAE a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento local além da diminuição da desigualdade de renda e de Triches (2010), que aponta como uma prática geradora de renda que incentiva a produção e a permanência do agricultor no campo, além de incentivar o consumo de alimentos adequados pelos alunos.

Conforme Maluf (2009), Silva e Silva (2011) e Abreu (2014), um dos principais desafios que os agricultores familiares vêm enfrentando está relacionado justamente a comercialização de seus produtos, fato que representa uma possibilidade de geração de incremento de renda. Todavia, embora seja uma legislação recente, Saraiva *et al.* (2012) afirmam que o atendimento à legislação exige articulação entre compradores e vendedores, dentre os quais deve haver o

planejamento do cardápio escolar, visando atender as instituições durante todo o ano letivo com os produtos oriundos da agricultura familiar.

Conforme Abreu (2014), esses estudos demonstram, em grande medida, a complexidade do processo de implementação do programa, justamente por envolver muitos agentes públicos e sociais, tais como: FNDE, secretarias de educação, Conselho da Alimentação Escolar (CAE), nutricionistas, agricultores familiares e suas organizações, Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), sindicatos rurais, secretarias de agricultura, além dos demais fornecedores de gêneros alimentícios.

Para o município de Dom Pedrito, Melo Dorneles (2018) cita que é de fundamental importância a discussão para o monitoramento do programa para fins de controle e aperfeiçoamento constantes para atingir a destinação dos 30% do valor do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a agricultura familiar, dado que desde a publicação da referida lei, em 2009, o município conseguiu atingir essa meta em apenas dois anos.

Além da grande relevância da discussão e de haver lacunas no referido estudo sobre esta temática para o referido município, este trabalho avança na investigação dos impedimentos à correta destinação dos recursos oriundos do PNAE aos agricultores familiares. Ainda, traz a perspectiva dos agricultores quanto às possibilidades de fornecimento para os órgãos públicos, em especial a Prefeitura Municipal. Assim sendo, este trabalho busca, portanto, além de levar em consideração os problemas enfrentados em uma perspectiva da gestão municipal, também contribuir fazendo um levantamento dos problemas enfrentados pela agricultura familiar local, avançando nessa perspectiva quando comparado a literatura existente.

Em específico, propõe-se ampliar o conjunto de situações que envolvem os principais agentes envolvidos no processo, caso da esfera pública, demandante dos alimentos, quanto os problemas enfrentados pelos próprios agricultores, ofertantes, para a realização da venda de seus produtos ao município. A identificação destes limites possibilitará a formulação de políticas públicas de maior aderência ao contexto local ao mesmo tempo em que proporcionará maiores benefícios públicos e sociais.

## OBJETIVOS

### **Objetivo Geral**

Analisar as dificuldades enfrentadas pelos agentes envolvidos, município de Dom Pedrito e agricultores familiares, no processo de compras por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar para o atendimento dos limites propostos pela Lei n. 11.947 de 2009.

### **Objetivos Específicos**

- a) realizar levantamento da participação dos agricultores nas chamadas públicas do município de Dom Pedrito para a venda de alimentos;
- b) analisar os principais entraves enfrentados, sob o ponto de vista da gestão pública municipal, para a efetivação do PNAE;
- c) examinar as dificuldades que os produtores familiares encontram para o atendimento das condições de participação nos processos de compras estabelecidas pelo município por meio da Lei n. 11.947 de 2009;
- d) propor ações que venham a facilitar a efetivação do PNAE pelo município de Dom Pedrito.

### **ESTRUTURA DO TRABALHO**

No primeiro capítulo foi apresentada a introdução, o problema e a justificativa da pesquisa. Especificamente foram explicitados os objetivos, contextualizando o tema abordado, as dificuldades que o município de Dom Pedrito enfrenta para realizar as compras por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar e atender os limites propostos pela Lei n. 11.947 de 2009 e os entraves enfrentados pelos agricultores familiares para participarem deste programa. Demonstrando assim a dimensão de sua contribuição para o município de Dom Pedrito e também para a área de estudo.

No capítulo dois, expôs-se a fundamentação teórica, demonstrando a trajetória histórica do direito à alimentação adequada bem como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e da agricultura familiar nesse processo. No capítulo três descreveu-se a região Sudoeste do Rio Grande do Sul, onde o

município de Dom Pedrito está inserido bem como caracterizadas a produção agropecuária e aplicação do PNAE nessa região. No capítulo quatro discutiu-se a metodologia, onde foram apresentadas detalhadamente as definições adotadas, os meios utilizados para a coleta dos dados primários e secundários além da forma como esses tratados e analisados.

Nos dois últimos capítulos, cinco e seis, realizadas as discussões a partir dos resultados obtidos por meio da aplicação dos métodos propostos e delineadas as principais conclusões. Nos resultados foram examinados os documentos disponibilizados pela prefeitura municipal à cerca das chamadas públicas destinadas ao PNAE e debatidas as entrevistas com os gestores públicos, diretamente ligados à execução do PNAE bem como as entrevistas com os agricultores familiares. Também nesse capítulo foram feitas sugestões a partir dos aspectos encontrados quanto a gestão pública quanto aos agricultores familiares. E, finalizando, são apresentadas as conclusões do trabalho apontando os principais resultados, as limitações, bem como as sugestões para futuros trabalhos.

## **2 A AGRICULTURA FAMILIAR E O PNAE NA CONSTRUÇÃO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO BRASIL**

Este capítulo tem por objetivo apresentar os conceitos, as características e um breve histórico sobre o direito à alimentação, bem como o PNAE e a agricultura familiar. Para isso, na seção 2.1 discute-se a construção do direito alimentar no Brasil. Na seção 2.2 é apresentado o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Por último, na seção 2.3, apresenta-se as condições da agricultura familiar.

### **DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E O DIREITO ALIMENTAR**

Na Conferência de Roma, período pós-guerra, que se iniciaram as discussões sobre os direitos alimentares globalmente. A partir de então, conforme expõe Batista Filho (2005), foram realizadas várias conferências a nível mundial para tratar do tema. Algumas com mais destaque, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, o Pacto dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais, ambos em 1966, o Pacto da Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, em 1979, e a Conferência Humana dos Direitos Humanos, em 1996.

Todavia, no Brasil, conforme relatam Machado *et al.* (2015), o problema da insegurança alimentar esteve sempre presente, nem tanto pela falta de alimentos, mas por falta de condições de acesso, o que inclui a falta de renda para adquiri-los. Vasconcelos (2005) descreve as primeiras ações relativas à segurança alimentar no Brasil começando pelos programas nacionais de segurança alimentar no período do governo de Getúlio Vargas, entre os anos de 1937 e 1945, culminando com a criação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA) nesse último ano. Já no ano de 1953 foi formulado o Primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, criando as bases para o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que institucionalizou-se em 1954.

Nos anos de 1970, no contexto de crise mundial de alimentos, o governo militar brasileiro, a fim de atender essa problemática criou as Centrais de Abastecimento (CEASAs) em todos os estados do país. Nos anos de 1980 tomou força o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) por meio dos Programas Prevenção e Combate a Carências Nutricionais Específicas, Programa de Suplementação Alimentar (PSA) e Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM), conforme Vasconcelos (2005).

Na década seguinte, de 1990, se destacou o Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) com a finalidade de perceber as carências e apontar soluções para os problemas, conforme apontam Machado *et al.* (2015). Nesta mesma década destacaram-se três instrumentos: o mapa da fome do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), revelando com mais clareza o problema da fome no país, o Plano de Combate à Fome e à Miséria, fazendo com que o governo se comprometesse com ações e a criação do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA), com caráter consultivo e de assessoria da presidência da república (MACAHADO *et al.* 2015).

Neste processo, observa-se que, paulatinamente foi necessário que a alimentação fosse transformada em direito do cidadão para ser tratada com a devida atenção. A partir deste contexto, no Brasil, mesmo que tardiamente, a alimentação foi incluída na forma de direito social com a publicação de uma emenda constitucional no ano de 2010, vindo a ser regulamentada um ano antes, em 2009, por meio da Lei n. 11.947 de 2009.

## PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existe desde a década de 1950, o que torna essa política pública a mais antiga tratando da segurança alimentar e nutricional (PEIXINHO, 2013). Ele também se configura como o mais duradouro, o mais abrangente e o maior e mais antigo programa de alimentação escolar do mundo, com cobertura universal e gratuita na oferta de refeições (FNDE, 2017).

Este programa é de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE), autarquia federal que possui vínculo com o Ministério da Educação, que foi criado em 1988 por meio da Lei n. 5.537. Esta instituição tem a finalidade de atingir os objetivos das políticas educacionais do país, assegurando acesso e também a permanência de todos os cidadãos à educação de qualidade (FNDE, 2017).

O PNAE disponibiliza recursos a fim de atender a alimentação escolar e às ações de educação alimentar e nutricional de estudantes de todas as etapas da educação básica pública (BRASIL, 2005). Para isso, o governo federal repassa para as outras esferas, valores financeiros a fim de complemento para atender todos os dias letivos do ano para a integralidade dos alunos matriculados na rede pública de ensino. Esse repasse é baseado no censo escolar realizado no ano anterior ao da operação.

Porém, foi a partir do ano de 1994 que houve importante descentralização de recursos para a execução do Programa, a qual deu-se por meio da Lei n. 8.913, de 12 de julho de 1994, mediante uma

série de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos estados. Para essas secretarias delegou-se as competências para o atendimento aos alunos de suas redes e das redes municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização (PNAE, 2019). Neste período, o número de municípios que aderiram à descentralização evoluiu de pouco mais de 1.500, em 1994, para 4.314, em 1998, representando mais de 70% dos municípios brasileiros.

A descentralização de fato se deu já sob o gerenciamento do FNDE a partir da Medida Provisória n. 1.784, de 14/12/1998, na qual, além do repasse direto aos municípios e Secretarias de Educação, a transferência passou a ser feita automaticamente, sem a necessidade de celebração de convênios ou qualquer outra burocracia, agilizando, desta maneira, a implantação do programa (PNAE, 2019).

Outro grande avanço foi a instituição, em cada município, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do programa. Isso aconteceu a partir da Medida Provisória n. 1.784 de 1998. Atualmente, os CAEs são formados por representantes de entidades civis organizadas, dos trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo (PNAE, 2019).

Ainda, a partir de 2006, outro importante progresso, foi a exigência da presença do nutricionista como responsável técnico pelo programa, bem como do quadro técnico composto por esses profissionais em todas as Entidades Executoras, o que permitiu uma melhoria significativa na qualidade do PNAE quanto ao alcance de seu objetivo (PNAE, 2019).

O programa é conhecido mundialmente como um caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável. Neste contexto, é importante ressaltar os Acordos Internacionais firmados com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) e com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, com a intenção de apoiar o desenvolvimento de Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada (PNAE, 2019).

Ainda, o referido programa, como forma de controle social, é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), que possuem sete conselheiros representando a sociedade, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (BRASIL, 2005).

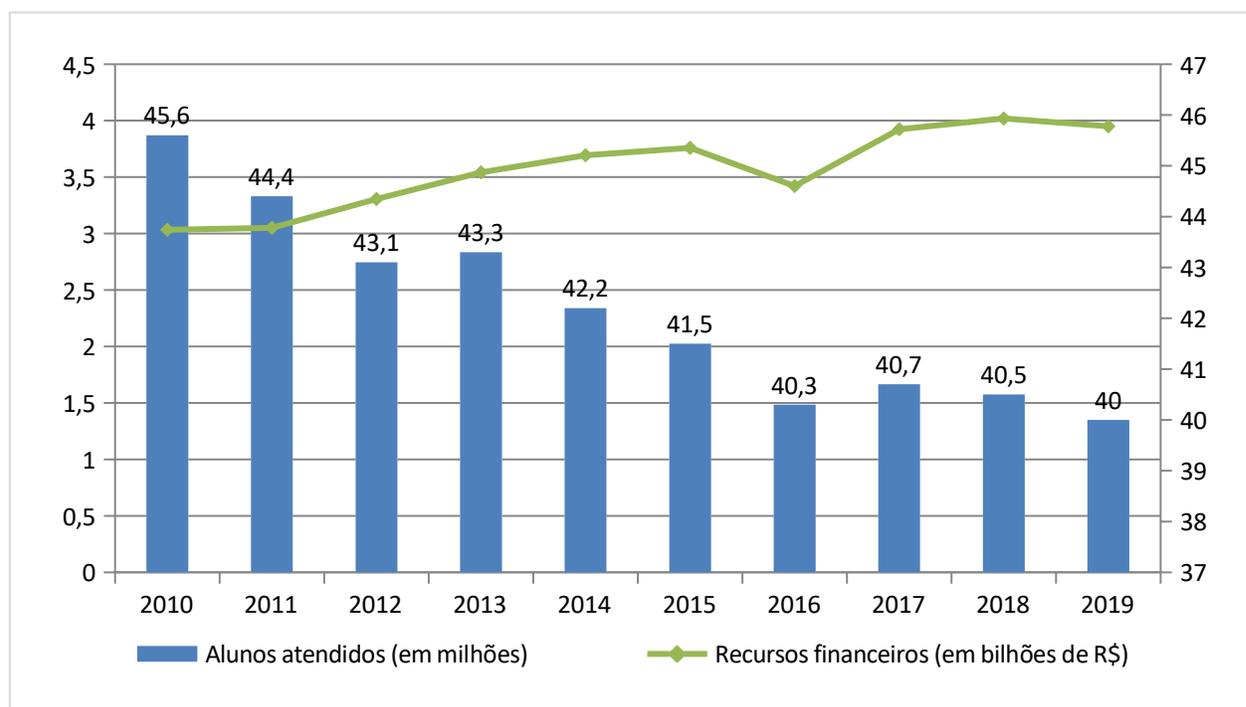
Em termos de repasses, de acordo com o FNDE (2018), os valores transferidos pela União aos estados e aos municípios por dia letivo, para cada aluno, são definidos de acordo com a etapa e a

modalidade de ensino: creches: R\$1,07; pré-escola: R\$0,53; escolas indígenas e quilombolas: R\$0,64; ensino fundamental e médio: R\$0,36; educação de jovens e adultos: R\$0,32; ensino integral: R\$1,07; programa de fomento às escolas de ensino médio em tempo integral: R\$2,00 e; alunos que frequentam o atendimento educacional especializado no contra turno: R\$0,53.

Estes repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação são monitorados pelo Ministério da Educação desde a publicação da Lei n. 11.947, de 2009, para fins de controle. Desde o ano de 2010 ocorreu aumentos contínuos dos investimentos do PNAE apesar da diminuição dos alunos atendidos. Nesse mesmo ano foram mais de R\$ 3 bilhões atendendo mais de 45 milhões de alunos no país todo, enquanto que no ano de 2019, último ano com os dados financeiros disponibilizados pelo FNDE, foram aproximadamente R\$ 4 bilhões de recursos investidos para 40 milhões de alunos, conforme Figura 1.

A partir do direcionamento de parte desses recursos à compra dos produtores da agricultura familiar, Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014), Grisa e Schneider (2014), Rodrigues *et al.* (2017) e Corrêa *et al.* (2017) indicaram a participação da agricultura familiar no PNAE como um grande avanço no reconhecimento do papel desta categoria social na produção de alimentos do país.

Figura 1 - Evolução dos recursos e dos alunos atendidos pelo PNAE, no período de 2010 a 2019.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do PNAE.

Abreu (2014) e Silva *et al.* (2013), por outro lado, afirmam que os gestores públicos muitas vezes não estão preparados para gerir o PNAE, desconhecendo a legislação pertinente e não tendo compreensão sobre a importância da aquisição de alimentos da agricultura familiar local. O propósito do programa é pagar um preço considerado justo aos alimentos produzidos pela agricultura familiar a fim de fortalecer e consolidar o segmento (FNDE, 2014). Porém, na maioria das vezes, alguns problemas no processo de aquisição de alimentos são relacionados à baixa participação dos agricultores ao programa, com as dificuldades burocráticas e de produção (RIBEIRO; CERATTI, BROCH, 2013; SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014; RODRIGUES *et al.*, 2017).

Nesta linha, segundo Castro e Bombardi (2013), entre os maiores desafios à participação das famílias agricultoras no PNAE está a falta de documentação para regularizar o processo de compra. Para isso é necessário que exista um técnico acompanhando todo o processo de organização e elaboração dos documentos. No trabalho de Camargo, Baccarin e Silva (2013), os agricultores e os gestores pesquisados apontaram a falta de assistência técnica e extensão rural como um dos principais problemas e, ambos reconhecem a importância desse serviço para capacitar os agricultores, ajudar a elaborar os projetos de venda e colocar agricultores e prefeitura em contato.

Para Azevedo (2014), todo esse processo burocrático pode ser um empecilho, visto que 37% dos agricultores não sabem ler e nem escrever. No estudo de Grisa *et al.* (2017) sobre o PRONAF PAA, encontra-se algumas limitações de participação das famílias aos programas, dentre as quais destacam-se: falta de informação, ausência de documentação pessoal, ausência da DAP para ingressar no programa, falta de ou pouca área de terra, dificuldades organizacionais, e limitações de infraestruturas (estradas, acesso à água, ausência de equipamentos).

Mesmo assim, com todos esses limitadores, se torna fundamental o apoio que o programa dispensa à agricultura familiar, conforme Souza *et al.* (2019), este apoio representa o resgate do patrimônio alimentar, reintegrando as dimensões da produção e do consumo de alimentos, contribuindo à redução da iniquidade, promovendo a geração de renda para os agricultores familiares e sinaliza uma relevante estratégia de redução da pobreza e do êxodo rural. Além desses potenciais, conforme Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014), a participação da agricultura familiar no fornecimento de alimentos para merenda escolar incentiva os hábitos de uma alimentação mais saudável baseada no consumo dos alimentos locais.

## AGRICULTURA FAMILIAR

Os agricultores familiares constituem-se como a categoria social mais representativa do agronegócio brasileiro. O Brasil possui 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, somando cerca de 3,9 milhões, correspondendo a 77% do total dos estabelecimentos agropecuários. Ademais, a contribuição dessa categoria à produção agropecuária é significativa, somando R\$107 bilhões, o que representa 23% da produção agropecuária brasileira, mesmo ocupando apenas 23% do território dos estabelecimentos rurais, conforme dados do censo agropecuário do IBGE (2017).

Nesta perspectiva, Mattei (2014) e Schneider e Cassol (2014) discutem que é enorme a diversidade econômica e a heterogeneidade social dos agricultores familiares, grupo social formado por pequenos proprietários de terra que trabalham mediante o uso de sua própria força de trabalho e de membros de suas famílias, produzindo tanto para autoconsumo como à comercialização, e vivendo em pequenas comunidades ou sociedades no meio rural.

Para Schneider e Cassol (2014), a agricultura familiar passa a ser entendida como uma categoria social diversa e heterogênea pelos estudiosos e cientistas e vista pelos gestores governamentais e os atores e organizações sociais pelo seu papel estratégico no processo de desenvolvimento social e econômico. Partindo desse contexto mais recente, que trata da (re)valorização da ruralidade, do reconhecimento do papel das economias locais e do potencial das dinâmicas territoriais de desenvolvimento, que o papel da agricultura familiar ganha cada vez mais força (SCHNEIDER, 2010; VEIGA, 2004).

Ainda, conforme discute Belik (2017), a partir das dificuldades na gestão da política de comercialização e a sua colocação em segundo plano entre as principais modalidades de crédito rural no Brasil faz com que as ações se voltem para as duas modalidades de comercialização que são exclusivas da agricultura familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as compras públicas da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A partir deste ponto, Rodrigues *et al.* (2017) ressaltam a contribuição dos agricultores familiares que são fornecedores do PNAE para dinamizar a economia local, já que eles também configuram-se como consumidores de insumos e bens de produção como de produtos e bens de uso doméstico. Destaca ainda o aumento da eficiência das políticas sociais na aplicação dos recursos financeiros em prol do desenvolvimento agrícola local, também como papel de incentivar a diversificação de culturas para

garantir um cardápio variado e equilibrado nas escolas públicas, ao mesmo tempo em que proporciona melhor distribuição da renda.

No que tange ao pessoal ocupado e o tamanho da propriedade da agricultura familiar, Olalde e Haas (2017) chamam a atenção para as diferenças expressivas no número de trabalhadores ocupados na produção agropecuária no estado do Rio Grande do Sul. Verifica-se que no censo agropecuário de 2006, enquanto as pessoas que se enquadram na agricultura familiar somavam mais de um milhão no estado, correspondente a aproximadamente 87%, os que não se enquadram são pouco mais de 155 mil (12,60%), conforme Tabela 1.

Essa informação está diretamente ligada ao que Mattei (2016) aponta sobre concentração de terra quando destaca que o Brasil está entre os países com maior taxa de concentração de terra ao levar-se em consideração o índice de Gini. Conforme o Censo Agropecuário de 2006, a concentração de terra alcançou 0,854. Já no último Censo Agropecuário, de 2017, esse índice demonstrou um aumento na concentração para 0,872 IBGE (2017).

Essa diferença acentua-se quando analisados outros dados do censo agropecuário de 2017. Nele são demonstrados que o número absoluto de pessoas ocupadas na atividade agropecuária no estado do Rio Grande do Sul diminuiu quase 240 mil de 2006 para 2017. Nota-se também uma diminuição no percentual do pessoal ocupado na agricultura familiar (quase 3%) e, por consequência, um aumento no pessoal ocupado com a agricultura não familiar, conforme Tabela 1. Constata-se portanto, uma migração de pessoal da agricultura familiar para a agricultura não familiar, no estado do Rio Grande do Sul, ao longo da década entre os censos agropecuários.

Tabela 1- Pessoal ocupado na agricultura familiar e não familiar no Rio Grande do Sul nos censos de 2006 e 2017.

	<b>Agricultura familiar</b>	<b>Agricultura não familiar</b>	<b>Total</b>
<b>2006</b>	1.076.604 pessoas	155.221 pessoas	1.231.825 pessoas
	87,40%	12,60%	100,00%
<b>2017</b>	839.840 pessoas	152.573 pessoas	992.413 pessoas
	84,63%	15,37%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2016a) e Censo Agropecuário 2017.

Este fato pode ser explicado a partir da dimensão territorial das propriedades rurais da região Sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, conforme censos de 2006 e de 2017 (Tabela 2). Observa-se que aumentou o número de grandes propriedades e redução das pequenas, de até 50 hectares. Scheuer (2019) igualmente identificou a diminuição das propriedades de até 0,1 hectare e aquelas entre 100 e 500 hectares levando em consideração o território nacional. Ainda, pode-se atrelar essa diminuição ao baixo número de estabelecimentos rurais familiares que se beneficiaram de políticas públicas, bem como a redução de acesso ao sistema financeiro no ano de 2017 quando comparado com 2006.

Embora o pessoal ocupado na agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul possua essa grande expressividade, nota-se que na região sudoeste do estado, encontra-se indícios de uma economia concentrada em torno de poucos proprietários. Na Tabela 2 verifica-se que 71,1% da área da mesorregião Sudoeste do estado é ocupada por propriedades com mais de 500 hectares, enquanto que propriedades de até 50 hectares correspondem a apenas 4%.

Tabela 2 – Área das propriedades rurais do sudoeste do Rio Grande do Sul, conforme censos 2006 e 2017.

<b>Tamanho da propriedade</b>	<b>Porcentagem em 2006 (%)</b>	<b>Porcentagem em 2017(%)</b>
Menores de 10ha	0,3	0,26
De 10 a menos de 50ha	3,9	3,55
De 50 a menos de 100ha	3,4	3,16
De 100 a menos de 200ha	5,6	4,99
De 200 a menos de 500ha	15,6	13,75
Maiores de 500ha	71,1	71,44

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2016a e 2017).

Desta forma, percebe-se a importância das atividades da agricultura familiar no estado do Rio Grande do sul e, sobretudo, na mesorregião Sudoeste. Apesar de ocupar pouca área no meio rural, em comparação com as propriedades maiores, esses produtores tem gerado dinamismo no desenvolvimento social e econômico do estado e da região por meio das políticas específicas como o PNAE e o PAA.



### 3 CARACTERIZAÇÃO DA MESORREGIÃO SUDOESTE E DO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO

Este capítulo propõe-se a caracterizar a mesorregião sudoeste do Rio grande do Sul bem como o município de Dom Pedrito. Na seção 3.1 será apresentada a divisão do estado, conforme o IBGE, com a finalidade de caracterizar a mesorregião sudoeste do estado do Rio Grande do Sul em termos territoriais, produtivo e quanto à agricultura familiar e o PNAE. Seguindo a estrutura, na seção 3.2, será caracterizado o município de Dom Pedrito quanto ao seu território, produção, agricultura familiar e PNAE.

#### MESORREGIÃO SUDOESTE DO RIO GRANDE DO SUL

O estado do Rio Grande do Sul está dividido em sete mesorregiões, quais sejam: Nordeste, Noroeste, Centro Ocidental, Centro Oriental, Metropolitana de Porto Alegre, Sudoeste e Sudeste, conforme a Figura 2. Especificamente, a mesorregião Sudoeste possui uma grande área com 62.681.157 Km<sup>2</sup>, tornando-a uma das maiores do estado ocupando 23,21% do território sul-rio-grandense, porém possui uma das menores populações, conforme a Tabela 3.

Figura 2 - Mesorregiões do Rio Grande do Sul.



Fonte: FEE (2011) com base na divisão realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004).

A mesorregião Sudoeste conta uma população de pouco mais de 782.000 habitantes (6,76% da população do Rio Grande do Sul) configurando-se, dessa maneira, na região com menor densidade populacional do estado, alcançando 11,53 habitantes por quilômetro quadrado, contrastando com seu grande território.

Tabela 3 – Área, população e densidade demográfica das mesorregiões do Rio Grande do Sul.

Mesorregiões	Área Territorial	População Total	Densidade demográfica
	2011 (%)	2010 (%)	(hab/km <sup>2</sup> )
Centro Ocidental	9,65	5,02	20,68
Centro Oriental	6,39	7,28	45,30
Metropolitana	11,06	44,35	159,48
Nordeste	9,62	9,86	40,77
Noroeste	24,15	18,20	29,97
Sudeste	15,82	8,53	21,44
<b>Sudoeste</b>	<b>23,21</b>	<b>6,76</b>	<b>11,53</b>
Total do estado	100,00	100,00	39,77

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE.

Conforme Garcia (2005), a mesorregião Sudoeste, além de concentrar grandes latifúndios do estado, caracteriza-se por possuir baixa densidade demográfica devido à grande extensão de seus municípios.

#### **Atividades produtivas**

Analisando a estrutura produtiva da mesorregião, Lara (2011) utilizando-se do Quociente Locacional, medida utilizada em mapeamentos de aglomerações produtivas, constatou que os principais setores da economia da mesorregião Sudoeste são: agricultura, silvicultura, criação de animais e extrativismo.

Destas, destaca-se o rebanho de gado de corte, que além de concentrar 36,40% de todos os animais do estado do Rio Grande do Sul, vem registrando taxa de crescimento anual de 0,52%, conforme Schumacher e Marion Filho (2013). Destaca-se também o crescimento da criação de vacas para ordenha que já supera inclusive o do gado de corte com taxa de crescimento anual de 1,79%, demonstrando a importância desses rebanhos à mesorregião.

Ainda, referente à produção animal, essa mesorregião destaca-se como principal criadora de ovinos do estado, alcançando um percentual de 50,68%, sendo que sua produção avícola representa 1,68% da produção de todo o estado bem como a produção suína representa 1,87% para o estado conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Percentual de rebanho por mesorregião do RS.

<b>Mesorregião</b>	<b>Bovinos</b>	<b>Ovinos</b>	<b>Aves</b>	<b>Suínos</b>
<b>Centro</b>	11,53	8,48	2,28	1,64
<b>Ocidental</b>				
<b>Centro Oriental</b>	5,41	2,62	16,96	16,73
<b>Metropolitana</b>	7,39	3,84	25,72	9,15
<b>Nordeste</b>	6,31	1,78	24,73	12,29
<b>Noroeste</b>	20,56	7,33	25,25	56,48
<b>Sudeste</b>	15,33	25,26	3,37	1,83
<b>Sudoeste</b>	33,46	50,68	1,68	1,87

Fonte: Olalde e Hass (2017).

A produção de grãos também apresenta relevância, conforme mencionam Olalde e Hass (2017), a mesorregião Sudoeste é responsável por mais de 40% do arroz produzido no Rio Grande do Sul e mais de 8% da soja. Considerando a produção dentro da própria região, alcança 73,65% para o arroz e 19,05% para a soja, restando apenas 7,3% de outros cultivos. Em consonância, Feix e Zanin (2013) demonstram que essa mesorregião se destaca na produção de arroz revelando-se com a posição de maior produtividade do estado.

Muito embora a mesorregião apresente essas características na produção agrícola e pecuária, Pinto e Coronel (2014) relatam que a Sudoeste apresenta os piores índices de

desenvolvimento rural juntamente com outras duas, regiões Centro Ocidental e Sudeste. Essas três mesorregiões são comumente tratadas como aquelas de maiores dificuldades do estado, sendo denominadas de “Metade Sul”. Além disso, estas três regiões apresentam grande concentração de renda, elevada dependência da agropecuária, baixa diversificação da base econômica, bem como alta concentração fundiária, fatores esses que explicam os baixos índices de desenvolvimento rural.

### **Agricultura familiar na mesorregião Sudoeste do Rio Grande do Sul**

A mesorregião Sudoeste apresenta o menor percentual de estabelecimentos da agricultura familiar do estado (63,13%), bem como a menor área caracterizada como atividade da agricultura familiar, apenas 7,84%, diferenciando-se muito em relação às outras mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul, conforme Tabela 5. Além disso, quando comparada às outras, a Sudoeste possui baixa frequência na utilização de assistência técnica, reduzido uso de equipamentos e máquinas, bem como pouco uso de corretivos para o solo pelos agricultores familiares, conforme Souza *et al.* (2015).

Tabela 5 – Agricultura familiar nas mesorregiões do Rio Grande do Sul.

<b>Mesorregião</b>	<b>Agricultura Familiar</b>	
	<b>Estabelecimentos (%)</b>	<b>Área (%)</b>
Centro Ocidental Rio-Grandense	81,50	25,96
Centro Oriental Rio-Grandense	90,78	49,72
Metropolitana de Porto Alegre	85,50	33,42
Nordeste Rio-Grandense	81,80	32,85
Noroeste Rio-Grandense	89,06	48,70
Sudeste Rio-Grandense	82,48	25,50
<b>Sudoeste Rio-Grandense</b>	<b>63,13</b>	<b>7,84</b>
<b>TOTAL</b>	<b>85,70</b>	<b>30,29</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Censo Agropecuário (IBGE, 2016a).

Quanto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, embora a mesorregião Sudoeste compreenda 19 municípios, foram poucos os que conseguiram alcançar o percentual mínimo de repasse à agricultura familiar. A Tabela 6 expõe essa dificuldade e destaca os anos em que os municípios alcançaram o mínimo de 30% da verba do PNAE. No período estudado, somente o município de Manoel Viana cumpriu a legislação em todos os anos, sendo que o restante dos municípios conseguiu alcançar apenas esporadicamente o percentual mínimo previsto de 30%.

Tabela 6 – Percentual anual de destinação do PNAE por município da mesorregião Sudoeste.

<b>Município</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Aceguá</b>	10,47	30,04	39,00	22,00	36,00	22,10	40,74
<b>Alegrete</b>	29,05	0,00	11,00	19,00	35,00	38,80	32,79
<b>Bagé</b>	10,75	2,13	2,00	48,00	21,00	10,23	17,71
<b>Barra do Quaraí</b>	-	15,46	38,00	29,00	5,00	14,19	7,61
<b>Dom Pedrito</b>	-	25,83	24,00	31,00	49,00	19,89	31,57
<b>Garruchos</b>	87,46	93,84	29,00	8,00	18,00	17,75	30,34
<b>Hulha negra</b>	44,97	39,24	23,00	10,00	13,00	14,77	27,81
<b>Itaqui</b>	8,56	39,77	29,00	43,00	26,00	27,77	47,80
<b>Lavras do Sul</b>	4,18	-	29,00	24,00	26,00	27,14	20,67
<b>Maçambará</b>	37,96	35,80	31,00	26,00	36,00	31,80	40,57
<b>Manoel Viana</b>	62,48	44,18	66,00	38,00	50,00	40,13	60,98
<b>Quaraí</b>	8,50	26,28	28,00	53,00	35,00	1,86	-
<b>Rosário do Sul</b>	13,14	5,03	9,00	6,00	30,00	31,63	5,50
<b>Santa Margarida do Sul</b>	-	-	0,00	87,00	20,00	0,00	1,88
<b>S. do Livramento</b>	-	4,93	3,00	0,00	9,00	13,70	19,49
<b>São Borja</b>	-	17,88	18,00	24,00	45,00	27,10	30,19
<b>São Francisco de Assis</b>	23,78	20,31	24,00	40,00	50,00	44,46	43,11
<b>São Gabriel</b>	0,38	3,11	-	-	2,00	4,66	5,88

<b>Uruguiana</b>	-	7,99	28,00	23,00	22,00	11,76	8,24
------------------	---	------	-------	-------	-------	-------	------

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do PNAE (2019).

Embora não seja possível consultar o percentual de alguns anos no banco de dados do FNDE, pra alguns municípios, pode se notar que a grande maioria deles não conseguiu atingir o mínimo exigido em legislação. Dentre esses municípios está Dom Pedrito que conseguiu cumprir com a legislação apenas em quatro anos, 2014, 2015, 2017 e 2018, respectivamente.

Sobre isso, Ouriques (2014) aponta algumas problemáticas comuns entre os municípios do Rio Grande do Sul à aquisição dos alimentos da agricultura familiar pelo PNAE. Entre eles está a falta de um trabalho integrado entre os agentes envolvidos no processo de compra, a falta de ações de execução de políticas de educação alimentar e nutricional, a falta de atendimento de aspectos higiênico-sanitários dos produtos adquiridos, o auxílio nos debates de inclusão dos produtos e também na elaboração dos projetos necessários à venda e também a falta de planejamento da produção conforme a demanda.

## MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO: ESTRUTURA PRODUTIVA

O município de Dom Pedrito possui área de 5.192 km<sup>2</sup> (FEE, 2015) e conta uma população de 35.275 pessoas (90,64% dos habitantes) na zona urbana e 3.641 (9,36% dos habitantes) na zona rural, segundo o censo populacional do IBGE (2010). Trata-se do quarto maior município do Rio Grande do Sul em extensão, com uma área de 5.191,915 Km<sup>2</sup>, sendo que 472.662,27 hectares são ocupados somente por estabelecimentos agropecuários.

Por conta dessas características, as principais atividades agrícolas no município são a produção de soja em grão, o arroz em casca, o milho em grão, o sorgo em grão e a uva (SEBRAE, 2017). Ainda, no ano de 2017 foram plantados 192.712 hectares, resultando no valor de produção agrícola de R\$558,6 milhões, sendo que neste mesmo ano, a totalidade da área plantada foi colhida (SEBRAE, 2017).

O município também é um dos maiores produtores de arroz, de soja e produtor da bovinocultura (FEE, 2016). A agropecuária é responsável por 37% do PIB do município e grande parte do valor agregado dos serviços depende diretamente do produto do campo (SEBRAE, 2016). Ainda, o município de Dom Pedrito já desponta como um grande produtor de soja com

76.000 ha plantados na safra 2015/2016, figurando entre os 10 maiores municípios em área plantada (EMATER, 2017).

Conforme IBGE e FEE (2017), no ano de 2015 o município de Dom Pedrito foi o quarto maior do estado do Rio Grande do Sul em Valor Adicionado Bruto (VAB)<sup>1</sup>, contribuindo com R\$410 milhões no setor agropecuário, que corresponde a participação de 1,3% do estado, conforme a Tabela 7. Ainda, sobre a produção de Dom Pedrito, os maiores rebanhos do município são formados por quase 350 mil bovinos, mais de 150 mil ovinos, mais de 27 mil galináceos e mais de 17 mil equinos SEBRAE (2017), demonstrando a importância que a criação animal possui para o município.

Tabela 7 – Municípios com maior Valor Adicionado Bruto da agropecuária no Rio Grande do Sul no ano de 2015.

<b>Posição dos municípios</b>	<b>VAB da agropecuária (R\$)</b>	<b>Participação no RS (%)</b>
1 Cachoeira do Sul	441 milhões	1,4
2 Uruguaiana	427 milhões	1,4
3 Tupanciretã	412 milhões	1,3
<b>4 Dom Pedrito</b>	<b>410 milhões</b>	<b>1,3</b>
5 Alegrete	408 milhões	1,3

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados do IBGE e FEE (2017).

Desta forma, fica evidenciada a importância da atividade agropecuária para o município de Dom Pedrito. Estas evidências servem para explicitar a relação que o município possui com a atividade agrícola, inclusive com a agricultura familiar.

### **3.2.1 Agricultura familiar e o PNAE**

<sup>1</sup> Corresponde ao valor que cada setor da economia, nesse caso o da agropecuária, acrescenta no valor final de toda a produção em uma região, nesse caso o estado do Rio Grande do Sul. A soma dos VAB dos setores (agropecuário, industrial e de serviços) compõe, junto com os impostos, o Produto Interno Bruto (PIB), uma das principais medidas de uma economia.

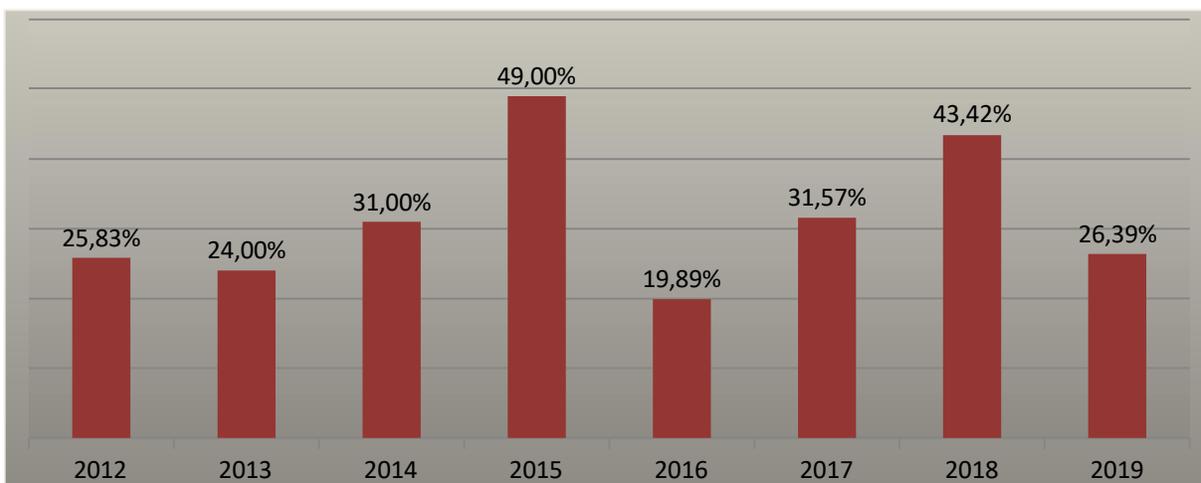
No meio rural do município de Dom Pedrito 717 propriedades são classificadas como atividade de agricultura familiar, o que corresponde, portanto, a 51% do total das propriedades no meio rural. Embora a agricultura familiar represente um pouco mais da metade das propriedades rurais, o município é um dos que apresenta a menor destinação dos fundos do PNAE à agricultura familiar e empreendedores familiares rurais ou de suas organizações.

De 2012 até 2019, o município de Dom Pedrito destinou, em média, 31,39% dos fundos do PNAE à agricultura familiar. Ao longo desse período, todavia, o município alcançou o percentual mínimo de repasse do PNAE de 30%, previsto em lei, somente nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, quando conseguiu aplicar, respectivamente, 31%, 49%, 31,57% e 43,42% do PNAE nessa categoria de produtores (ver Figura 3).

Para além disso, o município também é o que possui uma das menores taxas de repasse no PNAE da mesorregião Sudoeste do Rio Grande do Sul. A transferência das verbas deste programa à agricultura familiar no ano de 2012, primeiro ano com os dados disponibilizados pelo FNDE, foi de 25,83%. No ano seguinte alcançou apenas 24% e no ano de 2016 foi menor ainda, com apenas 19,89% (PNAE, 2019). Contrapõe-se a isso, o fato de o município de Dom Pedrito possuir 13 escolas estaduais e 30 municipais que, conjuntamente atendem 7.390 alunos (PNAE, 2019).

Como destacado, o município não conseguiu cumprir a legislação referente aos repasses do PNAE, na maioria dos anos analisados. Sobre isso, Melo Dorneles *et al.* (2018) discutem que as chamadas públicas não têm sido suficientes para contemplar o percentual da legislação, sendo necessário, portanto, maiores esforços dos participantes envolvidos nos processos de compras.

Figura 3– Percentual do PNAE destinado à agricultura familiar do município de Dom Pedrito, no período 2012-2019.



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do PNAE.

Apesar disso, a participação dos agricultores familiares nas compras do PNAE em Dom Pedrito é semelhante à participação deste mesmo segmento nas compras do PNAE no estado do Rio Grande do Sul. Levando-se em consideração a média de participação desses produtores nas compras do PNAE, nos anos de 2012 a 2019, encontra-se que, enquanto no município os agricultores familiares representavam 31,39%, no estado eles representaram 31,14% (FERIGOLLO *et al.*, 2017).

Ainda, nesta discussão, faz-se relevante avaliar a continuidade da agricultura no município, quando ganham importância as gerações mais novas e a sucessão rural. Levando em consideração estes aspectos, Guterres, Hass e Reisdorf (2013) descrevem a forte ligação que os jovens da região rural de Dom Pedrito possuem com o campo, fato que remete a uma provável continuidade das atividades pelos sucessores da agricultura familiar no município.

Todavia, Brumer (2007), Castro *et al.* (2013) e Breitenbach e Corazza (2019) enfatizam que, no estado do Rio Grande do Sul, bem como nas demais regiões do Brasil, o meio urbano propicia ao jovem a busca por trabalho melhor remunerado, melhores condições de vida, estudo e também a profissionalização. Por outro lado, no meio rural, agravam-se as dificuldades de vida nas atividades relacionadas a este espaço.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo propõe-se a estabelecer o delineamento metodológico, classificando-o de acordo com os objetivos do estudo (seção 4.1). Posteriormente, apresentar-se-á os métodos a serem aplicados, especificando as abordagens bem como as variáveis empregadas, na seções 4.2 e 4.3, respectivamente.

##### DELINEAMENTO METODOLÓGICO

O delineamento parte do que descrevem Prodanov e Freitas (2013), os quais expõem que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida apenas em números. Assim, a partir desse pressuposto, o trabalho classifica-se como qualitativo quando levado em consideração sua abordagem. Conforme Yin (2015), este tipo de pesquisa é orientada por um desejo de explicar os acontecimentos, por meio de conceitos existentes ou emergentes.

Quanto à sua natureza, o trabalho classifica-se como aplicado. Conforme Prodanov e Freitas (2013), esse tipo de pesquisa objetiva gerar alguns conhecimentos com o intuito de aplicá-los na prática aos problemas específicos envolvendo interesses locais. Em consonância Silva e Menezes (2005) afirmam que a pesquisa aplicada tem por objetivo gerar conhecimento, criando subsídios para sua aplicação prática e direcionada à solução de problemas específicos. Desta forma, essa classificação leva em conta o objetivo geral que busca analisar as dificuldades do município de Dom Pedrito para realizar a correta destinação do orçamento do PNAE aos agricultores familiares.

Quanto aos objetivos, o trabalho pode ser classificado como um estudo exploratório. Desta forma, deve-se levar em conta que a pesquisa busca conhecer de maneira mais aprofundada a temática trabalhada. Neste sentido, Gil (2008) destaca que essa classificação é devida ao tema do trabalho ser pouco explorado, o que torna difícil formular hipóteses. Assim sendo, torna-se essencial examinar os motivos que fazem com que a porcentagem mínima do orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar não tenha sido atingida, na maioria dos anos, no município de Dom Pedrito.

Ainda, quanto aos objetivos a pesquisa também se caracteriza como descritiva que, conforme Gil (2008, p. 28), esse tipo de trabalho “se propõem a estudar o nível de atendimento

dos órgãos públicos de uma comunidade [...]”. Seguindo esta linha, as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

A partir do problema a ser estudado e de sua natureza, a pesquisa usará vários procedimentos técnicos para a coleta de dados. Uma delas é a pesquisa bibliográfica, a partir da qual se procurou estabelecer relação entre as informações e dados e o problema proposto, conforme destaca Gil (2008). Também será realizada pesquisa documental, que segundo Gil (2008) caracteriza-se por fornecer os dados de maneira indireta por meio de documentos e também proporcionar ao pesquisador informações em qualidade e quantidade suficientes.

Complementando, realizar-se-á a coleta de dados por meio de entrevistas, onde as questões são amplamente exploradas e respondidas dentro de uma conversação informal. Lakatos e Marconi (2007) e Gil (2008) enfatizam que as entrevistas possibilitam o contato com a realidade vivida pelos agentes sociais, sujeitos da pesquisa.

A delimitação associada a este conjunto de dados teve como propósito principal alcançar os objetivos propostos, conforme a Tabela 8.

Tabela 8 – Resumo da metodologia desenvolvida no trabalho.

<b>Coleta de dados</b>	<b>Pesquisa qualitativa</b>	<b>Objetivos alcançados</b>
Dados primários	Entrevista semiestruturada	“b”, “c”
Dados secundários	Pesquisa documental	“a”, “d”
Estratégia de Pesquisa	Estudo de caso	-
Técnica de análise	Análise de conteúdo	-

Fonte: elaborada pelo autor (2020).

## COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Para analisar as dificuldades enfrentadas na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar pela gestão pública municipal de Dom Pedrito é necessário conhecer os agentes públicos técnicos envolvidos diretamente no processo de aquisição de alimentos e

destinação orçamentária aos agricultores familiares. Da mesma forma, é necessário conhecer as dificuldades enfrentadas pelos próprios agricultores para participar dessas compras.

Para suprir tal objetivo, o trabalho realiza 24 entrevistas. Especificamente, são efetuadas seis entrevistas com os servidores públicos diretamente relacionados aos processos de compras de alimentos para as escolas municipais e a execução do PNAE, bem como outras dezoito entrevistas são realizadas com os agricultores familiares que fazem parte da associação de agricultores do município.

### **Dados primários**

Nesta etapa, os dados são coletados por meio de aplicação de entrevistas semiestruturadas, constantes nos Apêndices A, B, C, D e E, usando a técnica de amostragem não probabilística por julgamento. Esta técnica de coleta de informações, a partir das entrevistas semiestruturadas, possui destaque frente a outros tipos de entrevistas, pois ao mesmo tempo em que valoriza a presença do pesquisador, oferece todas as possibilidades para o entrevistado alcançar a liberdade e espontaneidade necessárias para enriquecer a investigação, conforme discute Triviños (1987).

O instrumento trata-se de entrevista semiestruturada com perguntas abertas. Técnica que, segundo Gil (2008) permite, ao mesmo tempo, a liberdade de expressão do entrevistado e a manutenção do foco pelo entrevistador. Deve-se levar em conta que a entrevista semiestruturada possui perguntas e um roteiro preestabelecido. Por conta disso, pretende-se que o diálogo se estabeleça de maneira ininterrupta entre entrevistador e entrevistado com o intuito de atender os objetivos do trabalho. Posteriormente, essas entrevistas são transcritas integralmente, com o intuito de que os principais pontos sejam destacados de acordo com a relevância para o trabalho.

Com a finalidade de alcançar o objetivo específico “b” “analisar os principais entraves enfrentados, sob o ponto de vista da gestão pública municipal, para a efetivação do PNAE”, foram entrevistados a secretária do planejamento, gestão estratégica e meio ambiente do município e também o secretário da educação do município (Apêndice A). Complementando, foram entrevistados ainda a nutricionista responsável pelo setor de alimentação escolar, juntamente com um servidor do mesmo setor (Apêndice B) e o presidente do Conselho de Alimentação Escolar do município (Apêndice C).

Por outro lado, para atender o objetivo específico “c” “examinar as dificuldades que os produtores familiares encontram para o atendimento das condições de participação nos processos de compras estabelecidas pelo município por meio da Lei n. 11.947 de 2009”, foram entrevistados aleatoriamente, conforme Apêndice F, 18 agricultores que fazem parte da associação de agricultura familiar do município, entre eles o presidente da associação.

Quanto a aplicação, as entrevistas são guiadas pelo próprio pesquisador no salão nobre do Palácio Ponche Verde com os secretários municipais. Para as entrevistas com as servidoras do setor de alimentação escolar, bem como com a presidente do Conselho de Alimentação Escolar, são usados os espaços do setor de alimentação escolar do município. Os instrumentos foram aplicados individualmente em horário de expediente da Prefeitura Municipal com agendamento prévio com os agentes envolvidos. Por sua vez, os agricultores foram entrevistados individualmente durante a feira livre municipal.

Esse estudo atende ao previsto na Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012, que leva em conta o respeito pela dignidade humana e pela proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos. No momento da realização das entrevistas, foi entregue a cada participante o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), ficando uma via com o entrevistado e a outra com o pesquisador, ambas assinadas, como também o termo de confidencialidade (TC). Os participantes são informados sobre os objetivos que o estudo busca alcançar bem como a garantia ao anonimato e o desejo de participação ou não desse trabalho. A fim de não haver identificação dos entrevistados, atendendo aos princípios éticos que norteiam a pesquisa científica, optou-se por identificar os entrevistados usando-se da simbologia descrita no Quadro 1.

Quadro 1– Identificação dos entrevistados.

(continua)

Entrevistado	Identificação
<b>Servidor do setor de alimentação escolar 1</b>	M1
<b>Servidor do setor de alimentação escolar 2</b>	M2
<b>Agricultor 1</b>	A1

Quadro 1 – Identificação dos entrevistados

(conclusão)

<b>Agricultor 2</b>	A2
<b>Agricultor 3</b>	A3
<b>Agricultor 4</b>	A4
<b>Agricultor 5</b>	A5
<b>Agricultor 6</b>	A6
<b>Agricultor 7</b>	A7
<b>Agricultor 8</b>	A8
<b>Agricultor 9</b>	A9
<b>Agricultor 10</b>	A10
<b>Agricultor 11</b>	A11
<b>Agricultor 12</b>	A12
<b>Agricultor 13</b>	A13
<b>Agricultor 14</b>	A14
<b>Agricultor 15</b>	A15
<b>Agricultor 16</b>	A16
<b>Agricultor 17</b>	A17
<b>Agricultor 18</b>	A18

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Não foi possível atribuir a mesma simbologia para a assistente social rural da EMATER e para a presidente do conselho de alimentação escolar, uma vez que as mesmas foram entrevistadas com questionários diferentes. Embora essa metodologia pudesse ser aplicada aos secretários municipais entrevistados, resolveu-se manter a identificação de cada um, uma vez que os conteúdos apresentados necessitam ser expostos junto aos seus interlocutores.

#### **Dados secundários**

Com a finalidade de alcançar o objetivo específico “a” “fazer o levantamento da participação dos agricultores das chamadas públicas do município de Dom Pedrito para a venda

de alimentos”, e analisar a participação dessa categoria nas compras públicas, foram consultados todos os processos referentes às chamadas públicas, em meio digital, desde o ano da vigência da Lei n. 11.947 até o último ano encerrado, de 2018.

Para analisar quais “ações que venham a facilitar a efetivação do PNAE pelo município de Dom Pedrito” constante no objetivo específico “d”, foi realizada pesquisa bibliográfica. Esta pesquisa tem como base trabalhos já publicados em livros, revistas, artigos científicos, relatórios técnicos e documentos governamentais, disponíveis em meio físico ou eletrônico, de maneira que permita construir um arcabouço teórico robusto para embasar a pesquisa.

Ainda, especificamente, a fim de alcançar esse mesmo objetivo, foram pesquisados documentos institucionais que visaram a auxiliar os agricultores familiares e os gestores públicos nas compras públicas. Além disso, foram consultados os portais de alguns órgãos governamentais a fim de recolher e compilar informações que serão usadas para facilitar e auxiliar a compra das prefeituras e estados.

## MÉTODOS DE ANÁLISE

### **Pesquisa bibliográfica e documental**

Para realizar a pesquisa bibliográfica são utilizados materiais publicados nos últimos cinco anos em periódicos nacionais, como revistas, livros e artigos que buscaram elucidar e sugerir melhorias nos processos do PNAE como também utilizados os portais oficiais de órgãos públicos. Dentre esses, estão o Ministério do Desenvolvimento Agrário, especificamente o da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo; a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul (EMATER) e a; Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. Ressalta-se que, havendo necessidade, outros sítios poderão ser incorporados em função da proximidade da discussão.

Após essa filtragem inicial são selecionadas as ações, conforme resultados encontrados, que possam ser aplicadas ao município de Dom Pedrito com a finalidade de melhorar e tornar mais dinâmico o procedimento de compra dos produtos do pequeno agricultor familiar pela prefeitura municipal.

### **Análise de conteúdo**

Os dados das entrevistas são tratados e discutidos a partir da análise de conteúdo. Conforme Triviños (1987), a intenção em usar esse método de análise está em constituir um material objetivo ao qual se pode revisitar a qualquer tempo. De acordo com Minayo (2002) e Bardin (2011), a análise de conteúdo abrange três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos. Na primeira desenvolveu-se a organização e definição da documentação a ser submetida à análise, pois é nessa fase que se procura sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas (BARDIN, 2011). Em seguida, na fase de exploração do material, foram analisadas as entrevistas dos participantes da pesquisa a fim de fazer uma classificação dos maiores problemas enfrentados para a participação nas compras da prefeitura municipal. Por fim, ainda seguindo a classificação de Bardin (2011), os resultados brutos foram tratados com a finalidade de torna-los significantes e, por conseguinte, válidos na fase de tratamento de resultados.

Para a análise foram consideradas todas as entrevistas dos gestores e dos agricultores familiares do município. Com isso reuniu-se, em dois grupos distintos, os principais entraves para a realização das compras municipais e quais as sugestões propostas pelos atores envolvidos. Desta forma, os dados foram organizados, a fim de obter-se um melhor controle do material, passando para a próxima fase, onde foram extraídas as partes convenientes à pesquisa terminando na última fase, pelo aproveitamento dos dados à organização dos resultados.

E a partir da consulta aos portais governamentais foram selecionadas as principais recomendações dos órgãos e confrontados com os principais problemas enfrentados pelo município de Dom Pedrito. Na sequência, procedeu-se análise comparativa entre os principais problemas enfrentados no município e aqueles encontrados e relatados nos trabalhos quanto às compras referentes ao PNAE.

Por último, os resultados foram organizados e verificados a fim de validá-los. A soma desses resultados possibilita consolidar o estudo a partir de um relatório, classificando as informações investigadas e especificando as dificuldades enfrentadas pelo município e pelos agricultores familiares na realização das compras públicas, o que vem a contribuir com o desenvolvimento do conhecimento nesta área ainda pouco explorada.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e as respectivas análises estão apresentados em três seções. A primeira consiste em discutir os resultados oriundos da pesquisa documental realizada no site da prefeitura do município de Dom Pedrito. A segunda diz respeito às entrevistas realizadas com os gestores públicos e com os agricultores familiares do município. E a terceira, discute proposição de ações à efetivação do PNAE pelo município de Dom Pedrito.

### CHAMADAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DOM PEDRITO

A pesquisa documental foi realizada com o intuito de obter os dados sobre as chamadas públicas destinadas às compras de alimentos para as escolas municipais por meio do PNAE, como também para averiguar a participação dos agricultores familiares nesses certames. Essa busca foi realizada no sítio eletrônico da prefeitura municipal de Dom Pedrito.

Especificamente, foram coletadas informações dos processos referente aos valores, ganhadores dos itens, quantidades necessárias e lugares de entrega. A consulta resultou em 33 chamadas públicas, com média de 5,5 ao ano; em termos de valores, essas chamadas totalizaram R\$1.081.957,59, com média anual de R\$180.326,27, considerando o período de 2014 a 2019, conforme resultados expostos na Tabela 9.

Em grande parte dos processos disponibilizados verificou-se que havia o instrumento convocatório para o certame e a homologação e/ou contrato assinado pelos participantes e pela gestão municipal. Ressalta-se que esses documentos não estão disponíveis para as chamadas públicas n. 1/2014, 3/2014 e 4/2014. Embora o certame tenha sido realizado não houve interesse dos fornecedores às chamadas públicas n. 8/2014 e n. 4/2016, segundo os dados disponibilizados pela prefeitura municipal.

Tabela 9 – Chamadas públicas realizadas pelo município de Dom Pedrito, entre 2014 e 2019.

(continua)

Ano	Chamada Pública	n. de itens licitados	Valor homologado (em R\$)
-----	-----------------	-----------------------	---------------------------

Tabela 9 – Chamadas públicas realizadas pelo município de Dom Pedrito, entre 2014 e 2019.

(continuação)

<b>2014</b>	1/2014	Não disponibilizado	Não disponibilizado
	2/2014	12	77.006,00
	3/2014	Não disponibilizado	Não disponibilizado
	4/2014	Não disponibilizado	Não disponibilizado
<b>2014</b>	5/2014	9	24.834,68
	6/2014	6	24.650,50
	7/2014	6	27.425,90
	8/2014	4	Deserta
	1/2015	6	20.555,00
	2/2015	11	40.877,80
	3/2015	5	7.743,00
	<b>2015</b>	4/2015	7
5/2015		5	9.937,48
6/2015		8	29.850,00
1/2016		6	51.817,50
2/2016		14	56.363,52
3/2016		1	6.007,50
<b>2016</b>	4/2016	10	Deserta
	5/2016	8	27.060,58
	6/2016	10	45.362,70
	1/2017	2	148.800,00
	2/2017	11	48.269,20
	3/2017	43	72.536,39
<b>2017</b>	4/2017	20	32.760,00
	5/2017	7	15.552,50
	6/2017	10	6.482,48

Tabela 9 – Chamadas públicas realizadas pelo município de Dom Pedrito, entre 2014 e 2019.

			<b>(conclusão)</b>
	1/2018	15	75.276,86
	2/2018	12	53.442,20
<b>2018</b>	3/2018	6	32.647,00
	4/2018	1	12.040,00
	1/2019	10	39.077,00
<b>2019</b>	2/2019	12	52.496,30
	3/2019	6	17.000,50
<b>Soma</b>	<b>33</b>	<b>283</b>	<b>1.081.957,59</b>

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados da pesquisa (2020).

Como se observa, no ano de 2014 foram realizadas oito chamadas públicas com a finalidade de atender as escolas municipais e os agricultores familiares. Nos certames que estão disponíveis, os valores homologados para a agricultura familiar somaram R\$153.917,08. Os editais abrangiam principalmente produtos não perecíveis e hortifrutigranjeiros. Todavia, seis agricultores locais foram contemplados apenas na chamada n. 7/2014, a qual se destinava a comprar alface, tempero verde, abóbora, beterraba, couve manteiga e morango.

Nas chamadas públicas n. 1, 3 e 4/2014 não foi possível verificar para quem foram destinadas as compras por falta de disponibilização de documentos. Da mesma forma, na chamada n. 5/2014, que dispôs de R\$24.834,68 em recursos do PNAE, não foi possível fazer o levantamento de quem foram os ganhadores do certame, pois o resultado e a ata de homologação da compra não estão disponíveis. Além disso, ainda houve uma chamada deserta nesse mesmo ano, a de n. 8/2014, situação que ocorre quando não há interessados na venda dos produtos licitados, no caso: feijão preto, arroz, óleo de soja e farinha de trigo.

Além dessas, ainda houve a chamada n. 2/2014, a qual homologou R\$77.006,00 aos vencedores, que correspondeu a duas cooperativas de fora da região sudoeste do estado. Os itens comercializados tratavam-se de arroz, farinha de trigo, massa, leite em pó, milho para pipoca, feijão, arroz integral, óleo de soja, feijão tipo 1, arroz parabolizado, canjica e suco de uva. Nesse mesmo ano ocorreu a chamada de n. 6/2014, a qual pretendia comprar arroz branco, farinha de trigo, massa, leite em pó, arroz

parabolizado e suco de uva. O valor total homologado foi de R\$24.650,50, sendo que apenas para o suco de uva não houve interessados.

No ano de 2015 somaram-se seis chamadas públicas realizadas pela prefeitura municipal a fim de atender os alunos da rede municipal e a agricultura familiar do município por meio da compra de produtos perecíveis e hortifrutigranjeiros. O montante final foi de R\$135.048,28, sendo comprados 42 itens. Verificou-se que foram contempladas, com agricultores do município, as chamadas n. 2 e n. 5/2015, enquanto que as demais vendas foram realizadas para uma mesma cooperativa agrícola de fora do município, conforme a Tabela 10.

Tabela 10 – Destinação de verba das chamadas públicas realizadas em 2015.

<b>N. da chamada pública</b>	<b>Benefício aos agricultores locais (em R\$)</b>	<b>N. de agricultores locais beneficiados</b>	<b>Outros beneficiados (em R\$)</b>	<b>N. de outros beneficiados</b>
1/2015	-		20.555,00	1
2/2015	40.877,80	4	-	
3/2015	-		7.743,00	1
4/2015	-		26.085,00	1
5/2015	9.937,48	4	-	
6/2015	-		29.850,00	1
<b>Total</b>	<b>50.815,28</b>		<b>84.233,00</b>	

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados da pesquisa (2020).

Ainda, foi verificado que as chamadas n. 2/2015 e n. 5/2015 são compostas, exclusivamente, por hortifrutigranjeiros, tais como alface, beterraba, tempero verde, couve, morango, laranja tomate, melão, abóbora, bergamota e milho verde. Nessas duas chamadas pode-se constatar que quatro agricultores familiares locais foram beneficiados. Por outro lado, as demais chamadas possuem itens não perecíveis, tais como arroz branco, leite em pó, feijão preto, arroz parabolizado, néctar de laranja e de uva, canjica, farinha de trigo, massa, milho para pipoca, óleo de soja, feijão cariocinha e suco de uva, sendo todas vencidas por cooperativas e associações de fora da região sudoeste do estado.

Da forma similar, no ano de 2016, foram realizadas seis chamadas públicas cuja finalidade era comprar produtos perecíveis e hortifrutigranjeiros. Neste ano, os valores totalizaram R\$186.611,80 homologados, com destinação de 49 itens em todos os processos. Os agricultores do município foram beneficiados em duas chamadas, enquanto que as outras três chamadas foram destinadas para uma mesma cooperativa agrícola de fora da região. A distribuição de chamadas pode ser vista na Tabela 11. Ainda, constatou-se também que a chamada pública n. 4/2016 resultou deserta, dado que não houve lances por nenhum interessado na venda dos itens: feijão preto, arroz branco, massa, leite em pó, milho para pipoca, farinha de trigo, suco de uva e óleo de soja.

Tabela 11 – Destinação de verba das chamadas públicas realizadas em 2016.

<b>N. da chamada pública</b>	<b>Benefícios aos agricultores locais (em R\$)</b>	<b>N. de agricultores locais beneficiados</b>	<b>Outros beneficiados (em R\$)</b>	<b>N. de outros beneficiados</b>
1/2016	-		51.817,50	1
2/2016	56.363,52	6	-	
3/2016	-		6.007,50	1
4/2016	-		-	
5/2016	27.060,58	7	-	
6/2016	-		45.362,70	1
<b>Total</b>	<b>83.424,10</b>		<b>103.187,70</b>	

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados da pesquisa (2020).

Neste ano, do total de itens, nove foram ganhos por agricultores familiares locais. O produtos tratavam-se exclusivamente de hortifrutigranjeiros, como alface, tomate, mandioca, espinafre, tempero verde, melão, abóbora, beterraba, bergamota, couve, cenoura, laranja, milho verde e mostarda. Por sua vez, os produtos que tiveram outros beneficiados eram itens não perecíveis, caso do feijão preto e carioquinha, farinha de trigo, massa, leite em pó, canjica de milho, arroz branco e parabolizado, milho para pipoca, suco de uva e óleo de soja. Esses itens foram homologados para associações e cooperativas de fora da região sudoeste do estado.

No ano de 2017, assim como nos anteriores, foram realizadas seis chamadas públicas, as quais somaram R\$324.400,57 à compra de 93 itens relacionados a produtos não perecíveis e hortifrutigranjeiros, conforme observado na Tabela 12. As chamadas números 1, 2 e 5/2017 tratavam de alimentos não perecíveis, entre os quais arroz branco e parabolizado, farinha de trigo, massa, leite em pó, feijão preto e carioquinha, óleo de soja, canjica de milho e suco de uva.

Nesses processos não houve homologação de nenhum item para os agricultores do município, vencendo o certame uma associação, uma cooperativa agrícola e uma vinícola, ambas de outras regiões do estado. Por outro lado, nas demais chamadas, os agricultores familiares locais obtiveram êxito na participação do certame, ganhando as chamadas de número 3, 4 e 6/2017, sendo contemplados 13 produtores para os itens exclusivamente hortifrutigranjeiros, tais como batata doce, couve, tempero verde, abóbora, beterraba, espinafre, mostarda, milho verde, alface, bergamota, laranja, tomate, mandioca, morango, melão e melancia.

Tabela 12 – Destinação de verba das Chamadas públicas realizadas em 2017.

<b>N. da chamada pública</b>	<b>Benefícios aos agricultores locais (em R\$)</b>	<b>N. de agricultores locais beneficiados</b>	<b>Outros beneficiados (em R\$)</b>	<b>N. de outros beneficiados</b>
1/2017	-		148.800,00	1
2/2017	-		48.269,20	2
3/2017	72.536,39	11	-	
4/2017	32.760,00	12	-	
5/2017	-		15.552,50	2
6/2017	6.482,48	5	-	
<b>Total</b>	<b>111.778,87</b>		<b>212.621,70</b>	

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados da pesquisa (2020).

No ano seguinte, de 2018, ocorreram quatro chamadas públicas com 34 itens que somaram R\$173.406,06 para a compra de hortifrutigranjeiros e produtos perecíveis com a destinação demonstrada na Tabela 13. As chamadas n. 2 e 3/2018 destinaram R\$86.089,20 do PNAE para a compra de alimentos, sendo que não houve participação de agricultores do município. Estes processos

destinavam-se a compra de itens não perecíveis, entre os quais arroz branco e parabolizado, canjica de milho, óleo de soja, feijão preto e carioca, massa, leite em pó, mel, farinha de milho e de trigo e suco de uva. Todos os itens dessa chamada pública foram homologados para uma associação e duas cooperativas, todas de fora da região sudoeste do estado.

Os agricultores familiares do município, por sua vez, venderam seus produtos nas outras duas chamadas, cuja finalidade era a compra de produtos hortifrutigranjeiros, como alface, batata doce, tomate, mandioca, couve flor, espinafre, tempero verde, abóbora, bergamota, couve, brócolis, beterraba, laranja, milho verde, mostarda e morango. Nesse ano foram beneficiados nove agricultores locais, totalizando R\$85.920,22, conforme visualiza-se na Tabela 13.

Tabela 13 – Destinação de verba das Chamadas públicas realizadas em 2018.

<b>N. da chamada Pública</b>	<b>Benefícios aos agricultores locais (em R\$)</b>	<b>N. de agricultores locais beneficiados</b>	<b>Outros beneficiados (em R\$)</b>	<b>N. de outros beneficiados</b>
1/2018	75.276,86	8	-	
2/2018	-		53.442,20	2
3/2018	-		32.647,00	3
4/2018	10.643,36	1	-	
<b>Total</b>	<b>85.920,22</b>		<b>86.089,20</b>	

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados da pesquisa (2020).

No último da análise, 2019, foram realizadas apenas três chamadas para as compras do PNAE, totalizando 28 itens e destinando R\$93.573,30 (ver Tabela 14). Da mesma forma que os outros anos, as compras tratavam-se de produtos não perecíveis e hortifrutigranjeiros. Na chamada n. 1/2019 não houve proposta dos agricultores do município, sendo que dos 10 itens do certame, apenas três foram homologados para duas cooperativas de fora da região: leite em pó e suco de uva tinto e branco. Por sua vez, os itens sem propostas foram canjica, feijão preto, massa, mel, óleo de soja, farinha de trigo e arroz. O mel, item deserto na primeira chamada, foi adquirido por meio da chamada n. 3/2019, na quantidade de 100 quilogramas, sendo ofertado por um produtor local. Esse foi o único item licitado nessa chamada.

Os demais tiveram a compra frustrada, pois não houve proposta para doce de leite, farinha de trigo, feijão preto, massa e doce de frutas.

Tabela 14 – Destinação de verba das Chamadas públicas realizadas em 2019.

<b>N. da chamada pública</b>	<b>Benefícios aos agricultores locais (em R\$)</b>	<b>N. de agricultores locais beneficiados</b>	<b>Outros beneficiados (em R\$)</b>	<b>N. de outros beneficiados</b>
1/2019	-		39.077,00	2
2/2019	52.496,30	7	-	
3/2019	2.000,00	1	-	
<b>Total</b>	<b>54.496,30</b>		<b>39.077,00</b>	

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados da pesquisa (2020).

Destaca-se que, na chamada n.2/2019 foram licitados produtos hortifrutigranjeiros, caso de alface, batata doce, tomate, mandioca, tempero verde, abóbora, bergamota, couve, beterraba, laranja, milho verde e mostarda, sendo os itens na totalidade atendidos por sete agricultores familiares do município de Dom Pedrito.

Analisando conjuntamente, as 33 chamadas públicas estudadas somaram R\$1.081.957,59 para a compra de 283 itens, sendo que 15 foram totalmente homologadas para agricultores familiares do município. Nessas, foram envolvidos 160 itens da agricultura familiar que somaram R\$617.712,31, correspondente a cerca de 57,09% do total de recursos. Da mesma forma, foram homologadas integralmente 12 chamadas para associações e cooperativas, totalizando 100 itens e o valor de R\$439.410,60, equivalente a 40,6%, conforme se verifica na Tabela 15.

Tabela 15 – Destinação de verba das chamadas públicas realizadas pelo município de Dom Pedrito para o período de 2014 a 2019.

<b>Total em R\$</b>	<b>Benefícios aos</b>	<b>N. de</b>	<b>Outros</b>	<b>N. de outros</b>
---------------------	-----------------------	--------------	---------------	---------------------

	<b>agricultores locais (em R\$)</b>	<b>agricultores locais benef.</b>	<b>beneficiados (em R\$)</b>	<b>beneficiados</b>
<b>R\$ 1.081.957,59</b>	R\$ 617.712,31	12	439.410,60	5
	57,09%		40,60%	
<b>N. total de itens</b>	<b>N. de itens</b>	-	<b>N. de itens</b>	-
	<b>destinados aos agricultores locais</b>		<b>destinados à outros</b>	
<b>283 itens</b>	160 itens	-	100 itens	-
	56,54% dos itens		35,33% dos itens	

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados da pesquisa (2020).

Em virtude da não disponibilização dos dados de três chamadas públicas, alguns itens não puderam ser analisados. Situação que totalizou 23 itens, os quais representam 2,85% de todos os itens de todas as chamadas públicas. E, em termos de valores, totaliza R\$24.834,68, o que representa 2,31% de todos os itens analisados.

Percebeu-se que os itens repetiram-se ano a ano, alternando os certames entre chamadas que abrangiam produtos hortifrutigranjeiros e chamadas que abrangiam produtos não perecíveis. Ficou evidente também que todos os certames para hortifrutigranjeiros foram homologados aos agricultores locais enquanto que a integralidade das chamadas para produtos não perecíveis foram homologados para instituições de fora da região que abrange o município.

Nas 15 chamadas homologadas aos agricultores familiares, os principais itens foram alface, batata doce, tomate, mandioca, couve flor, espinafre, tempero verde, abóbora, bergamota, couve, brócolis, beterraba, laranja, milho verde, mostarda e morango. Estes resultados assemelham-se, na natureza e na destinação dos produtos do certame, àqueles encontrados por Baccarin *et al.* (2012) quando analisaram as chamadas públicas, do ano de 2011, no estado de São Paulo, e observaram que os produtos *in natura* estavam presentes em 81,2% dos editais analisados, demonstrando certa adequação das prefeituras aos agricultores familiares.

Ainda, considerando a totalidade de chamadas públicas para o PNAE, referente ao período 2014-2019, destaca-se que 12 agricultores familiares locais foram beneficiados. Das 15 chamadas que os agricultores locais participaram, quatro produtores participaram em todos os anos. Em contraste, dois

agricultores participaram apenas em um ano. Já os outros seis produtores participaram entre dois e cinco anos das chamadas.

Por outro lado, as outras 12 chamadas que não contemplaram os agricultores locais foram vencidas por cinco associações diferentes. Uma das cooperativas participou de todas as chamadas durante os anos de 2014 a 2018, não participando apenas do último ano analisado. Notou-se a frequência de duas cooperativas vinícolas nas chamadas no período estudado. Isso explica-se porque em quase todas as chamadas foi comprado suco de uva. Geralmente, os produtos destinados a cada uma se repetiam, destacando-se o leite em pó, suco de uva, arroz, feijão preto e carioca, massa e farinha de milho e trigo.

Todos os agricultores familiares que participaram são moradores da zona rural do próprio município, enquanto que, nos lances iniciais de todos os certames não houve participação de agricultores de outra localidade. Por outro lado, as cinco associações e cooperativas que participaram das chamadas durante o período analisado tem sua sede fora do município e também da mesorregião sudoeste do estado do Rio Grande do Sul.

## ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: GESTORES MUNICIPAIS E AGRICULTORES

Esta seção apresenta a visão dos 24 agentes entrevistados, tanto dos gestores municipais e estaduais quanto dos agricultores familiares, acerca das adversidades enfrentadas por ambos profissionais na execução correta do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Primeiramente, no item 5.2.1, é apresentada uma análise das entrevistas dos secretários de Planejamento, Gestão Estratégica e Meio Ambiente e da Educação e Cultura. Por conseguinte, no item 5.2.2, foram analisadas as entrevistas da nutricionista responsável pelo setor de alimentação escolar do município e de um servidor municipal lotado no mesmo setor. No item 5.2.3 foram examinadas as entrevistas da presidente da Comissão de Alimentação Escolar. Depois disso, no item 5.2.4, foi discutida a entrevista com a Assistente Social Rural da EMATER. Finalizando essa seção, no item 5.2.5, são analisadas as entrevistas dos agricultores familiares.

### **Secretários municipais**

Com o objetivo de analisar o processo de destinação dos recursos do PNAE aos agricultores familiares do município de Dom Pedrito foram realizadas duas entrevistas com os gestores envolvidos diretamente com este programa na prefeitura municipal. Trata-se da Secretária do Planejamento, Gestão Estratégica e Meio Ambiente e o Secretário de Educação e Cultura. Ambos foram entrevistados separadamente, de modo pessoal, no dia seis de maio de 2020, seguindo o roteiro definido no Apêndice A.

As perguntas 1 e 2 buscaram saber mais sobre a alimentação nas escolas municipais e se a produção do próprio município era suficiente para suprir as necessidades dessas escolas. A pergunta 3 buscou esclarecer se o município consegue realizar as compras dos agricultores familiares do município. As questões 4 e 5 pretenderam fazer um levantamento acerca dos setores que atendem diretamente os agricultores familiares e sobre o cadastro dos mesmos em alguma base de dados da prefeitura municipal. As questões de 6 a 10 buscaram fazer um levantamento acerca de incentivos bem como de políticas e ações desenvolvidas pela prefeitura e outras esferas no que se refere às compras pelo PNAE dos agricultores familiares. A pergunta 11 pretendeu fazer um levantamento das dificuldades enfrentadas pelos gestores da prefeitura municipal para destinar corretamente a verba do PNAE aos agricultores familiares. Por último, na questão 12, buscou-se colher sugestões desses gestores à melhoria do processo de compra do programa. A Tabela 16 sintetiza os aspectos discutidos na entrevista com os gestores municipais.

Tabela 16 - Assuntos abrangidos na entrevista com os secretários municipais.

<b>Assunto abrangido</b>	<b>Pergunta no roteiro</b>
Alimentação na escola	1 e 2
Compra de alimentos pela prefeitura	3
Setor para atendimento dos agricultores	4 e 5
Estimulo à produção de alimentos	6, 7, 8, 9 e 10
Dificuldades na destinação do PNAE	11
Sugestões	12

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados da pesquisa (2020).

Na resposta à pergunta 1, que buscava saber se os alunos eram atendidos na alimentação escolar, os dois secretários responderam afirmativamente. Complementado a resposta, o secretário da educação afirmou que “o recurso que vem do Governo Federal não é suficiente para atender toda a nossa demanda”. Na mesma linha, a secretária do Planejamento frisou o Pacto Federativo, que limita muito as possibilidades de investimento do governo municipal, “como o município vai ter gestão plena na educação, na saúde, sendo que tudo o que é arrecadado no município (...) eu mando tudo embora, sendo que retorna 18% para o município e, desses 18 (%), 15% (deve ser investido) na saúde e 25% na educação, sendo que em Dom Pedrito, a lei municipal é de 30 (%)”.

Quando perguntados, sobre a produção de alimentos pelos agricultores familiares do município, se ela é suficiente para atender as escolas municipais (questão 2), ambos entrevistados afirmaram que não. Sobre esse questionamento, o secretário da educação discorreu: “não é (...). No ano passado e neste ano, nós estamos tendo dificuldade de atender os 30% porque a nossa agricultura familiar não tem produção suficiente. Alguns itens nós acabamos comprando de alguma cooperativa da agricultura familiar, mas com muita dificuldade”.

Da mesma forma, a secretária do planejamento afirmou que a compra dos alimentos envolve muito mais que o processo de compras em si, “não é que não se produza, nós produzimos e sabemos produzir e nós temos qualidade nos produtos, mas nós temos dificuldades no meio do caminho.” Destacou assim, algumas dificuldades que a gestão e os agricultores enfrentam para o fornecimento correto dos alimentos para as escolas.

Neste sentido, a entrevistada deu ênfase aos problemas que estão relacionados aos aspectos de logística. “Para chegar a merenda de qualidade na escola, ela vai muito além disso (da entrega). Ela é muito antes disso”. “Dom Pedrito tem uma extensão territorial muito grande. O pequeno produtor está longe daqui. Para ele chegar na cidade, na parte urbana, ele precisa percorrer 30 ou 40 km de estrada de chão, com buraco, barro, chuva”. Outros problemas, como o período de seca, foram relatados pela secretária: “se tiver um fator clima de seca, não vou ter merenda escolar vinda do produtor rural para Dom Pedrito. Se eu tiver uma enxurrada, ou uma chuva de granizo, também (não)”. Embora a secretária afirme que há produção para fornecimento de merenda “ela não atende, e nem poderíamos ficar esperando, apenas do produtor da agricultura familiar” para o devido atendimento às escolas. Complementando, a entrevistada salientou que “a agricultura familiar precisa de uma atenção o tempo inteiro, criar mecanismos mais rápidos” à entrega de produtos.

Na sequência, na pergunta 3, verificou-se se prefeitura consegue efetuar as compras dos alimentos dos agricultores familiares, para a qual ambos os respondentes afirmaram que sim, sendo que

a secretária do planejamento enfatizou os problemas já elencados na pergunta anterior. Aos serem questionados, no assunto que abordava o setor de atendimento dos agricultores familiares, ambos relataram que a secretaria da agricultura, institucionalmente, tem essa incumbência.

O secretário da educação ainda externou a grande ajuda da EMATER – Empresa de assistência técnica e extensão rural do Rio Grande do Sul, “quem nos auxilia no processo, na compra. A EMATER (...) é o elo entre a prefeitura e os pequenos produtores”. Destacou o papel da empresa no planejamento da venda junto com os agricultores, “ela é quem ajuda eles na parte de documentação, o quê que cada um consegue entregar de produto”.

Quando perguntados sobre as ações de estímulo à produção de alimentos, ambos respondentes afirmaram achar importante políticas públicas voltadas aos pequenos agricultores, independentemente da esfera de governo, se municipal, estadual ou federal. Os dois secretários destacaram a importância de uma linha de financiamento com taxas de juros mais baixas para atender especificamente os agricultores familiares.

O titular da pasta de educação ilustrou essa forma de auxílio exemplificando um programa que o próprio município possuía. Esse programa, Fundo Rotativo de Agricultura e Desenvolvimento de Dom Pedrito (FRADEP), foi implantado à quase duas décadas, mas já se encerrou. Tratava-se de uma forma de financiar os agricultores, “era um recurso que a prefeitura destinava para dar um auxílio aos pequenos produtores”. Destacou ainda que, “era um crédito com juro zero, praticamente, com prazo de carência que eles podiam utilizar. O pessoal do leite, pessoal do hortifrúti”. Embora fossem disponibilizados valores baixos para esse financiamento, “em torno de R\$1.000,00 a R\$2.000,00”, o próprio secretário achava importante e “que de alguma forma ajudava”.

Ao ser questionada sobre as maiores dificuldades que a prefeitura enfrenta para executar o PNAE, a Secretária do Planejamento enfatizou a questão legal e a dificuldade de produção do agricultor, “outra questão é a logística, para chegar essa produção aqui” e por último realçou “um quarto ponto, que é extremamente importante, que é aliar um incentivo financeiro para que essa produção tenha condições de acontecer, ser escoada e poder chegar no município”. Da mesma forma, o secretário da educação destacou a necessidade de organizar a produção a fim de atender as necessidades da prefeitura municipal, pois “a prefeitura compra em um preço razoável, paga em dia e seria um bom cliente”.

### **Gestores do setor de alimentação escolar**

Também foram entrevistados dois servidores lotados no setor de alimentação escolar do município, no dia três de junho de 2020, os quais são denominados M1 e M2. Dentre os entrevistados está uma nutricionista, que também é responsável pelo respectivo setor. Essas entrevistas foram do tipo semiestruturadas, aplicadas de modo pessoal e tiveram como roteiro o Apêndice B.

Essas entrevistas compuseram-se de 11 questões centrais, conforme Tabela 17. Especificamente, as duas primeiras buscaram obter informações acerca da alimentação escolar no município. A terceira buscou saber de que forma o cardápio e a lista de alimentos a serem comprados pela prefeitura são estabelecidos. A pergunta quatro buscava saber se os agricultores familiares locais eram levados em consideração na formulação desse cardápio. Na pergunta seguinte buscou-se saber se havia uma repartição, dentro do setor de merendas, ou até mesmo dentro da prefeitura, que atendesse diretamente os produtores locais.

Por conseguinte, foi perguntado sobre a existência de algum estímulo do setor ou da prefeitura aos produtores locais para fornecer os alimentos necessários às escolas. Na sétima pergunta buscou-se saber a forma que o entrevistado via para a produção na agricultura familiar ser estimulada pelo próprio poder público municipal. No questionamento seguinte pretendeu-se saber se o entrevistado achava importante políticas públicas para estimular a produção familiar. Na pergunta nove, perguntou-se se alguma outra esfera do governo conseguiria auxiliar a produção desses agricultores. No décimo questionamento foi perguntado sobre as dificuldades enfrentadas pelo setor à correta execução do PNAE. Por último, buscou-se saber como a prefeitura e o setor podem ter seu trabalho facilitado para executar esse programa.

Tabela 17 - Assuntos abrangidos na entrevista com os servidores do setor de alimentação.

<b>Assunto abrangido</b>	<b>Pergunta no roteiro</b>
Alimentação na escola	1 e 2
Definição do cardápio	3
Cardápio e a agricultura familiar local	4
Setor para atendimento dos agricultores	5
Estímulo à produção de alimentos	6, 7, 8, 9
Tabela 17 – Assuntos abrangidos na entrevista	
Dificuldades na destinação do PNAE	10

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados da pesquisa (2020).

Em relação à primeira questão, ambas as entrevistadas afirmaram que os alunos da rede municipal são atendidos plenamente por meio do setor de alimentação escolar da prefeitura. Também houve concordância entre as entrevistadas de que a produção local não é suficiente para atender integralmente a rede de escolas do município.

A responsável pelo setor afirmou haver uma nutricionista responsável pela alimentação do ensino básico e outra pela alimentação da educação infantil do município. Ambas, quando desenvolvem o cardápio para as escolas de sua competência, levam em conta a produção local dos pequenos agricultores, muito embora afirme também que, “nem todos os alimentos são produzidos ou estão disponíveis em quantidade necessária, por esses agricultores”.

Quando perguntadas sobre o setor que trabalha diretamente com os produtores, a servidora M2 comentou que há uma repartição específica para essa categoria na secretaria da agricultura, “mas sempre que possível e necessário, o setor de alimentação escolar procura diretamente os produtores”. Ambas afirmaram que as ações da prefeitura, quando envolve alimentação escolar, são pensadas “sempre em como atender aos produtores familiares”, afirma M1 ao responder a questão cinco. Da mesma forma, M2 ao responder as questões sete e oito, complementa que a prefeitura sempre busca atender esses produtores, “seja por ações, políticas ou estratégias”.

Entretanto, as duas servidoras são unânimes quanto à necessidade de haver políticas, como a do PNAE, para estimular a produção agrícola familiar local. Ainda, M2 vê a necessidade de outras esferas em “consentir alguma forma de subsídio para esses agricultores”, da mesma forma, M1 faz referência ao financiamento que a prefeitura fazia para os agricultores como “extremamente necessário”, concordando com o que o secretário da educação descreveu em sua entrevista.

Quanto às dificuldades, M1 afirma que seguidamente é procurada para saber da possibilidade da “entrega ser feita de uma vez só no setor de alimentação, pelos agricultores familiares”. Embora entenda que é “extremamente difícil e custoso” para os produtores entregarem os produtos nas escolas, lamenta que a prefeitura não tenha a possibilidade de fazer essas entregas. A servidora M2 enfatiza que “muitas compras são feitas de outras cidades do estado, sendo que elas poderiam ser feitas aqui mesmo, no município”, relatando inclusive que, por vezes, muitos itens não são atendidos por fornecedores locais.

### Presidente da CAE

Seguindo a proposta metodológica, foi realizada entrevista com a Presidente do Conselho de Alimentação Escolar. Essa entrevista foi do tipo semiestruturada e realizada pessoalmente seguindo o roteiro do apêndice C, sendo composto de 11 questões (ver Tabela 18).

As duas primeiras questões tiveram como objetivo conhecer o funcionamento da alimentação escolar no município. Na terceira buscou-se saber sobre o acompanhamento das compras de alimentos da prefeitura para as escolas. Na pergunta seguinte questionou-se sobre a execução da fiscalização do PNAE. Na quinta questão foi perguntado à presidente da CAE sobre a existência de projetos, em âmbito municipal, voltados a atender a alimentação escolar. Na sexta pergunta também foi questionado sobre a existência de algum estímulo da prefeitura aos produtores locais para fornecer os alimentos necessários nas escolas.

Na sétima pergunta buscou-se saber de que forma que o entrevistado via a produção da agricultura familiar ser estimulada pelo próprio poder público do município. No questionamento seguinte pretendeu-se saber se o entrevistado considera importante políticas públicas para estimular a produção familiar. Na pergunta nove foi perguntado se alguma outra esfera do governo conseguiria ajudar na produção desses agricultores. E finalizando, perguntou-se sobre as dificuldades enfrentadas na execução do PNAE como também sugestões de ações para melhorar esse processo.

Tabela 18 – Assuntos abrangidos na entrevista da presidente da CAE.

<b>Assunto abrangido</b>	<b>Pergunta no roteiro</b>
Alimentação na escola	1 e 2
Compra de alimentos pela prefeitura	3
Fiscalização do PNAE	4
Estímulo à produção de alimentos para o PNAE	5, 6, 7, 8, 9
Dificuldades na destinação do PNAE	10
Sugestões para melhoria	11

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados da pesquisa (2020).

Quanto ao atendimento dos alunos na alimentação escolar pelo programa o entrevistado afirmou que todos os alunos são atendidos, “inclusive agora, em virtude da pandemia, houve um rearranjo para as escolas continuarem fornecendo alimentação para os alunos”. Ressalta ainda que acompanha regularmente a entrega, “tenho acompanhado três vezes por semana a entrega”, explicitando que várias escolas se uniram entre si para poder elaborar e distribuir satisfatoriamente as refeições aos alunos. Quando perguntada se a produção local é suficiente para atender os alunos do município, o entrevistado respondeu que não tinha certeza, mas achava que não.

Quando perguntado sobre o acompanhamento das compras e sobre a execução do PNAE, conforme as perguntas quatro e cinco, respectivamente, o entrevistado respondeu haver um maior controle na execução e na entrega às escolas porque a compra era realizada pela prefeitura.

Em relação à existência de políticas de incentivo a qualquer produção agrícola executada pelo município, relatou não saber responder, mas afirmou ser necessária uma forma do município custear a produção agrícola local. Conforme ele, “é de extrema importância que políticas como o PNAE sejam ampliadas com ajuda do Governo Federal, do estado e do municipal”, quando questionado sobre as outras esferas do poder público.

Ao responder a questão dez, deu ênfase nos aspectos logísticos para a entrega dos alimentos na escola. Conforme ele, “os agricultores ficam desfavorecidos tendo que entregar em cada escola. Por outro lado, acho que a prefeitura também não tem como fazer essa entrega”. E concluindo, respondeu achar o PNAE uma ótima forma de atender a alimentação escolar, muito embora também ache uma política de difícil execução.

### **Extensionista rural social da EMATER**

Ainda, com relação aos gestores, foi entrevistada a extensionista rural social da EMATER, tendo como objetivo a obtenção de informações sobre o acompanhamento e a assistência que esta empresa realiza com os agricultores familiares no âmbito do PNAE. A entrevista foi do tipo semiestruturada, realizada de modo pessoal, e seguiu o roteiro encontrado no Apêndice D e sintetizado na Tabela 19.

Primeiramente, nas duas perguntas iniciais, questionou-se se a alimentação dos alunos era atendida de forma satisfatória nas escolas municipais. Nas três perguntas seguintes buscou-se informação sobre a relação que a prefeitura municipal e a EMATER possuíam, conjuntamente, com os agricultores. Nas perguntas de seis a dez indagou-se sobre a existência e importância de mecanismos

estimuladores à produção de alimentos pelos agricultores familiares no município de Dom Pedrito. Por último, foi perguntado sobre as dificuldades na execução do PNAE.

Tabela 19 – Assuntos abrangidos na entrevista com a extensionista da EMATER.

<b>Assunto abrangido</b>	<b>Pergunta no roteiro</b>
Alimentação na escola	1 e 2
Relação Prefeitura x Produtores	3, 4 e 5
Estímulo à produção de alimentos	6, 7, 8, 9 e 10
Dificuldades na destinação do PNAE	11

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados da pesquisa (2020).

Quando perguntada se os alunos da rede municipal eram atendidos na alimentação escolar, a partir da questão um, a profissional afirmou que sim. Por outro lado, quando questionada se a produção familiar local era suficiente para atender essas escolas, a entrevistada respondeu que não. Segundo a extensionista, “poderíamos ter bem mais” referindo-se a produção de alimentos no município para as escolas municipais.

A entrevistada destacou a relevância do trabalho da EMATER junto aos trabalhadores rurais, destacando que “a EMATER tem um convênio com a prefeitura municipal, onde nós, enquanto órgão oficial do estado, prestamos assistência técnica em extensão rural”. Portanto, fazendo o “*link* da secretaria da agricultura, educação, saúde, assistência social” que influencia em vários aspectos da vida dos produtores e alunos; quando se fala em PNAE “é a questão de renda para os produtores, saúde dos alunos, movimentação de recursos dentro do município, ( ) valorização do produtor”.

A servidora também destacou que o PNAE, juntamente com o Programa de Aquisição de Alimentação (PAA), constituem-se nas “melhores políticas públicas que têm” para a agricultura familiar. Dentre as dificuldades enfrentadas, na execução do programa, a extensionista destacou a logística, que prejudica o fornecimento dos alimentos devido às distâncias das propriedades na zona rural.

Ainda, do ponto de vista da entrevistada, um dos maiores problemas enfrentados para a correta execução do PNAE está ligada a logística necessária para a correta entrega dos alimentos nas escolas. Conforme a extensionista, ao destacar as dificuldades enfrentadas para os agricultores se deslocarem até várias escolas municipais, seria ideal “um centro, onde os produtores entregassem só naquele lugar”.

“Como o município é muito grande, muito extenso, às famílias com seus veículos, que tem suas precariedades, fica complicado uma vez por semana atravessar a cidade”, muito embora haja uma organização nessas entregas.

Esse problema é similar ao destacado por Aroucha (2012) em trabalho sobre o programa Nutre Nordeste (que envolve toda a região Nordeste do Brasil), quando afirma que um dos entraves do PNAE, tanto para os gestores quanto para os agricultores familiares, está relacionado às operações e custos logísticos, que envolvem principalmente o sistema de entrega e embalagens dos produtos.

### **Agricultores familiares**

Finalizando a etapa das entrevistas com os agentes envolvidos no processo de gerenciamento, execução e fornecimento ao PNAE, foram realizadas 18 entrevistas, de forma aleatória, com agricultores que pertencem à agricultura familiar do município de Dom Pedrito, no período entre 28 de fevereiro e 10 de abril de 2020. Dentre eles está o presidente da associação da feira municipal e o presidente da associação dos hortifrutigranjeiros do município de Dom Pedrito. A fim de não identificar pessoalmente cada entrevistado, os agricultores entrevistados foram classificados, segundo a definição de A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11, A12, A13, A14, A15, A16, A17 e A18, obedecendo a ordem que cada um foi entrevistado. Assim como nas demais, as entrevistas foram do tipo semiestruturada, realizadas de modo pessoal, e seguindo o roteiro encontrado no Apêndice F, o qual é composto por 13 questões abrangendo os assuntos detalhados na Tabela 20.

As perguntas um e dois buscaram informações acerca da classificação da propriedade e da produção dos agricultores. Na pergunta três, buscou-se saber se os produtores possuíam algum tipo de assistência técnica em suas propriedades. As perguntas de quatro até seis buscaram traçar o histórico de participação dos produtores nas compras governamentais. Nas perguntas de sete a nove objetivou-se fazer o levantamento de quem já havia participado do PNAE. Nas duas seguintes, dez e onze, pretendeu-se fazer um levantamento de quantos produtores já haviam participado de alguma chamada pública. Na questão doze buscou-se saber se há algum tipo de mapeamento da produção da agricultura familiar no município. Por fim, na questão treze, àqueles que participaram das chamadas públicas foram perguntados sobre as principais dificuldades enfrentadas para o fornecimento de seus produtos.

Tabela 20 – Assunto abrangido pelos agricultores.

<b>Assunto abrangido</b>	<b>Pergunta no roteiro</b>
Agricultura Familiar	1 e 2
Assistência técnica	3
Vendas para o governo	4, 5 e 6
PNAE	7, 8 e 9
Chamadas Públicas	10 e 11
Mapeamento da propriedade	12
Dificuldades encontradas	13

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados da pesquisa (2020).

Inicialmente foram estruturadas as informações sobre o perfil dos agricultores. Em termos de gênero, os entrevistados constituem-se de nove homens e nove mulheres. Dentre esses, três possuem idade menor ou igual a 35 anos, sete possuem idade menor ou igual a 45, cinco trabalhadores tem 55 anos ou menos e três tem idade acima de 55 anos. Quanto a constituição familiar, entre os entrevistados dois fazem parte de família com dois membros, quatro com a família de três pessoas, sete trabalhadores com família de quatro pessoas, três entrevistados com família de cinco pessoas. Ainda, um entrevistado possui seis membros na família e outro oito pessoas na família.

Quanto ao nível de educação, os entrevistados responderam da seguinte forma: sete podem ser classificadas dentro da categoria ensino fundamental (antigo primeiro grau) incompleto, quatro entrevistados responderam possuir o ensino fundamental completo. Apenas um respondente relatou possuir o ensino médio (antigo segundo grau) incompleto, cinco entrevistados responderam possuir o ensino médio completo. Um entrevistado não era alfabetizado. Traçando um paralelo entre os dados desses agricultores com o Censo agropecuário de 2017, observa-se que 5,6% dos entrevistados não são alfabetizados. Essa taxa é bem próxima da agricultura familiar do sudoeste do estado do Rio Grande do Sul que é de 7,5%. Porém, abaixo do nível nacional que é 26,4% dos agricultores familiares não alfabetizados.

Sobre as propriedades rurais, os entrevistados foram perguntados quanto ao tamanho, as quais foram divididas entre propriedades menores, de até quatro hectares, entre quatro e/ou iguais a oito hectares e maiores que oito hectares. A distribuição demonstrou haver 10 produtores na primeira classificação, seis na segunda e dois na última. A maior parte dos agricultores (16) trabalham nas

propriedades que representam 0,26% das propriedades rurais com menos de 10 hectares no Sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, conforme o censo agropecuário de 2017. Apenas dois entrevistados não fizeram parte dessa categoria, pois ambos trabalham em propriedades que se enquadram entre 10 e 50 hectares, propriedades que representam 3,55% das instalações rurais da região Sudoeste do estado, conforme IBGE (2017).

Em relação aos temas abordados, ao responderem a primeira pergunta, relacionada à forma de cultivo de terra e mão de obra empregada em suas produções, os produtores foram unânimes quando classificaram suas propriedades como pequenas e ao afirmar que, majoritariamente a força de trabalho empregada é da própria família. Da mesma forma, todos os produtores possuem suas propriedades na zona rural do município de Dom Pedrito, produzindo frutas, legumes, verduras, hortaliças, ovos, leite, queijo, incluindo também batata, mandioca, milho, batata doce, moranga entre outras. Ainda, algumas famílias informaram que desenvolvem atividades de artesanato como forma de obter renda extra.

Partindo do primeiro assunto, produção e mão de obra, foi possível observar que todos se enquadravam na atividade econômica denominada Agricultura Familiar. Igualmente, todos possuíam o DAP, documento de aptidão do PRONAF, necessário para a participação das políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Merenda Escolar e Habitação Rural, da mesma forma que é necessário às chamadas públicas da prefeitura municipal.

Seguindo, questionou-se os agricultores sobre a presença de assistência técnica em suas propriedades, quando apenas quatro produtores (correspondente a 25%) responderam possuí-la. Conforme Camargo *et al.* (2013), esta falta ou insuficiência dos serviços de assistência técnica e extensão rural foi encontrada também no estado de São Paulo bem como na maior parte do Brasil. Além disso, ainda há problemas de pouca ou nenhuma infraestrutura instalada na propriedade, somado com a dificuldade que os agricultores daquele estado têm para se organizarem em cooperativas ou associações, o que faz predominar a forma individualizada de trabalho.

Ainda, foi relatado por A3 que normalmente há uma combinação do que cada família irá produzir em sua propriedade com os demais. Esse acordo acontece devido não somente às chamadas, mas “principalmente porque todos os entrevistados participam da feira livre” municipal, onde realizam a venda de seus produtos diretamente aos consumidores.

As três perguntas seguintes buscaram saber se os agricultores tinham interesse ou se já haviam fornecido produtos alimentícios alguma vez para o ente público. Ao serem questionados se achavam possível vender seu produtos à prefeitura municipal, todos os agricultores afirmaram que sim como

também afirmaram possuir interesse em fornecer à prefeitura municipal. No entanto, quando perguntados se já haviam efetuado alguma venda para a prefeitura, 11 entrevistados (cerca de 60%) afirmaram que sim, enquanto outros sete não.

Quanto às informações dos agricultores sobre ao PNAE, na questão sete, ao serem perguntados se conheciam o programa, 15 responderam afirmativamente. Por outro lado, quando perguntados sobre a destinação obrigatória de 30% do PNAE à agricultura familiar, apenas dois demonstraram conhecer. E quando perguntados se já haviam participado de alguma chamada pública do PNAE, sete agricultores responderam que sim, quatro responderam participar de chamadas, mas não sabiam dizer se eram do PNAE, embora afirmaram que a entrega de seus produtos havia sido feita diretamente nas escolas da rede municipal, que é uma das exigências das chamadas do PNAE do município. Ainda, sete agricultores, correspondente a 39%, responderam nunca haver participado de nenhuma chamada pública.

Seguindo, aos produtores que afirmaram já terem participado de alguma chamada pública, foram feitas as outras duas perguntas específicas (10 e 11), inclusive aos quatro agricultores que responderam não saber se sua participação era mesmo no PNAE. Sobre a capacidade de realizar a venda, todos os 11 afirmaram conseguir, já sobre os locais de entrega dos produtos e sobre a facilidade de acesso, os 11 entrevistados informaram ter dificuldades à entrega.

Na questão de número 12 objetivou-se saber se havia alguma forma de planejamento, mapeamento ou organização *a priori* por parte da prefeitura nas propriedades rurais de possíveis fornecedores para o PNAE. Sobre isso, quando perguntados sobre o mapeamento, os 18 entrevistados responderam não haver nenhum tipo de contato ou planejamento. Resultado que alinha-se ao encontrado por Camargo *et al.* (2013), que constatou que essa inconstância de planejamento e atendimento técnico nas propriedades rurais limitou e até mesmo impediu a inserção desses agricultores nos programas como PNAE e PAA, no estado de São Paulo.

Complementando, na última questão, buscou-se fazer o levantamento das principais dificuldades enfrentadas por esses agricultores na venda de seus produtos para o governo municipal. Conforme o presidente da associação, identificado como A3, bem como os entrevistados A1, A2, A4, A5, A6, A7, A8, A9 e A10, um dos principais problemas está na entrega dos produtos às escolas, quanto aos produtos hortifrutigranjeiros, a dificuldade relatada foi o excessivo fracionamento dos produtos durante a entrega. Todos os agricultores citados anteriormente relataram entregar pequena quantidade de seus produtos em cada data programada pela prefeitura municipal “ao ponto de entregar apenas dois maços de tempero verde e quatro pés de alface por escola em cada entrega”, conforme relatou A1. O

entrevistado A17 relatou ainda que “não tenho esse problema porque faço toda minha entrega duas vezes no ano, no caso do mel. Não estraga se ficar guardado”.

Esse problema também foi relatado por Baccarin *et al.* (2012) quando observou o elevado número de pontos de entrega, presente em 40% dos editais avaliados, como também a entrega em diversos pontos de recebimento e o fracionamento demorado das entregas. Condições que dificultam a logística dos agricultores e elevam o custo do produto final uma vez que eles precisam se deslocar repetidas vezes da propriedade rural para fazer as entregas em pequenas quantidades. Além do gasto financeiro com combustível ser grande, eles ainda necessitam ausentarem-se da propriedade nos dias de entrega, deixando de produzir naquele período.

Além dessas dificuldades, os produtores familiares relataram outros problemas recorrentes. Um dos mais frequentes, inclusive por aqueles que não participaram de chamadas públicas, foi a falta de manutenção da estrada para suas propriedades que não é suficiente para o bom deslocamento até a zona urbana. Essa problemática foi apontada pelos 11 produtores que participaram de alguma chamada pública além de outros dois que nunca participaram. O entrevistado A5 relata que “... principalmente em dias de chuva, nós ficamos impossibilitados de se deslocar até a cidade para vender nossos produtos”.

Os agricultores apontaram ainda, como uma dificuldade para o fornecimento ao município, os auxílios que deixam de vir do poder público. Embora haja alguns programas específicos à agricultura familiar, como o PNAE, esse fomento do governo vem apenas após os produtos já estarem em comercialização. Segundo o entrevistado A4, seria mais adequado aos produtores se “o governo, de alguma forma, subsidiasse a produção”.

Outro entrevistado, A13, complementa “que essa ajuda deveria acontecer antes da plantação e das criações, para ajudar na implantação, manutenção e aumento da produtividade e da produção de todos os agricultores”. A2 citou ainda “a necessidade que a maioria dos produtores de hortifrutigranjeiros tem de implantar estufas em suas propriedades, de fazer a instalação de irrigação para abastecimento em tempos de seca”, frisa ainda a necessidade de “condições melhores para acessar crédito”. Na mesma linha, o produtor A14 destacou que, “para colocar essas ações em prática, deveria ser feita uma consulta popular aos agricultores com a finalidade de implantar essa ajuda para o plantio”.

Por fim, foi questionado se os agricultores locais conseguiriam fornecer outros produtos à prefeitura. No levantamento das chamadas públicas verificou-se que alguns produtos vencidos por associações e cooperativas de fora do município de Dom Pedrito são de origem agrária, caso do arroz, suco de uva, feijão preto e carioca, farinha de milho e farinha de trigo. Desta forma, buscou-se verificar se os agricultores conseguiriam atender a demanda desses produtos. O entrevistado A4 afirmou poder

fornecer o feijão preto e o feijão carioca enquanto o entrevistado A18 garantiu que conseguiria fornecer o suco de uva. Embora ambos tenham o potencial de fornecer esses produtos A18 afirma que “é muito difícil conciliar a produção com a época de compras da prefeitura” e A4, na mesma linha, apontou “não ter como prever quando as chamadas irão sair”.

Ainda, mesmo que produzissem, os agricultores familiares não teriam garantia alguma se conseguiriam efetuar a venda para o município. Até mesmo porque, pelo histórico das chamadas públicas, elas não mantêm uma regularidade constante. Sobre isso, Conforme afirmam Siliprandi *et al.* (2012), esta situação acontece porque há uma insegurança de comercialização de alguns produtos, o que acaba gerando uma produção de alimentos que têm colheita em curto prazo, como os legumes e as hortaliças. Porém, algumas produções ficam prejudicadas, como a das frutas, as quais tem colheita anual, e os agricultores optam por não cultivá-las, pois não têm garantia de mercado no futuro.

Outro problema relatado foi a falta de conhecimento que os entrevistados possuem das formas como as chamadas públicas ocorrem no município. Aprofundando este assunto, os agricultores foram perguntados se tinham conhecimento da forma como a prefeitura municipal realizava a disponibilização das informações quanto às chamadas públicas. Dos trabalhadores rurais, quase 78% relataram buscar informações com o presidente da associação de hortifrutigranjeiros ou com a extensionista da EMATER e não nos meios de comunicação da prefeitura municipal. Sobre este aspecto, as respostas vão ao encontro dos achados de Belik (2017) quando afirmou que, a partir do lado da oferta, observam-se dificuldades na preparação da documentação, nos projetos de vendas, bem como nas dificuldades logísticas enfrentadas.

Ainda, ressalta-se que, em dois casos os entrevistados que, embora nunca tivessem fornecido ao município ou ao estado, demonstraram interesse em vender seus produtos. Questionados sobre o motivo de não participarem dos certames responderam que o município não abre chamadas para a compra de seus produtos, nesse caso específico, o queijo. Confrontando essa informação com a análise dos dados de todas as chamadas públicas disponíveis, verificou-se que em nenhuma delas houve a demanda por queijo. Embora não tenha havido essa necessidade por parte da prefeitura, ambos entrevistados ainda relataram a necessidade de atendimento de um “grande número de leis”, conforme A15.

Esses requisitos, expostos pelo entrevistado, referem-se às exigências de parâmetros sanitários de qualidade, dispostos na Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) 12 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)<sup>2</sup>, de janeiro de 2001. Para o caso específico do queijo, é necessário atender vários

2 RDC 12 da ANVISA – Resolução que aprovou o regulamento técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos.

parâmetros microbiológicos. Conforme A16, para atender toda essas exigências, “se tornaria inviável (financeiramente) a produção do queijo, porque é necessário contratar um laboratório especializado que faça essas análises”.

A partir das entrevistas com os agricultores, constata-se que a maior parte dos problemas, para aqueles que fornecem à prefeitura municipal, estão relacionados à logística de entrega dos produtos vendidos. Nota-se também a dificuldade no deslocamento para o centro urbano, da mesma forma que há dificuldade na entrega da produção às escolas devido ao grande fracionamento das compras. Ainda, notou-se que a maioria absoluta dos agricultores obtém as informações relativas às chamadas com o presidente da associação, dependendo, desta forma, exclusivamente de uma pessoa para poder efetuar sua venda ao setor público e não pelas informações oficiais da prefeitura municipal.

Notou-se também, uma possível falta de avaliação das potencialidades produtivas locais dos agricultores para o atendimento às chamadas públicas, como também um maior planejamento conjunto entre os gestores municipais e os agricultores. A partir dessa avaliação ter-se-ia condições mais adequadas de produção para o atendimento das demandas alimentares municipais das escolas e, conseqüentemente, um aumento nas taxas de destinação dos recursos do PNAE.

Essas constatações alinham-se as discussões de Oliveira *et al.* (2013) quando apontaram vários fatores para duas prefeituras do estado de Minas Gerais não conseguirem alcançar a venda mínima de 30% do PNAE para os agricultores familiares, os problemas logísticos e a falta de treinamento para que os agricultores locais participem das sessões públicas.

## PROPOSIÇÃO DE AÇÕES À EFETIVAÇÃO DO PNAE

Com o objetivo de indicar práticas possíveis para um melhor aproveitamento nas chamadas públicas da prefeitura municipal de Dom Pedrito, voltadas para a compra de alimentos às escolas, essa seção destaca algumas possibilidades de ações. Analisando de maneira holística as entrevistas, algumas considerações, tanto dos gestores públicos como dos agricultores familiares, se destacaram e por vezes convergiram.

Pode-se notar que, a partir do ponto de vista dos gestores da prefeitura municipal e também da EMATER, que se fazem necessárias formas de financiamento aos agricultores, seja por meio de fortalecimento de políticas já existentes como o PNAE, PAA, PRONAF seja por novas formas de financiamento público. Essa forma de subsídio aos agricultores familiares deve também chegar aos

beneficiados antes da produção e do fornecimento de alimentos às escolas do município. O PNAE é uma forma de atender essa categoria, mas que por si só não é suficiente, uma vez que esse recurso vai chegar ao produtor apenas depois da sua produção.

Ainda, considerando que o acesso ao sistema financeiro tenha diminuído nas últimas décadas para os agricultores familiares, conforme discutido por Scheuer (2019), faz-se necessário o fortalecimento dos programas que tem por finalidade subsidiar esses produtores. Além do mais, os gestores entrevistados apontaram a necessidade de outras esferas proporcionarem uma forma de subsídio com taxas de juros compatíveis com as possibilidades financeiras da categoria dos agricultores familiares.

Além do mais, identificou-se a necessidade que os agricultores possuem de melhorar a logística de entrega dos alimentos nas escolas municipais. Percebe-se a dificuldade relatada na frequência e no extenso caminho que os agricultores necessitam percorrer para cumprir os contratos com a prefeitura municipal. A partir dessa problemática, pode-se traçar um paralelo com o trabalho de Aroucha (2012), que levou em conta a região Nordeste do país, afirmando que um dos entraves do PNAE, tanto para os gestores quanto para os agricultores familiares, está relacionado às operações e custos de logística, que envolve o sistema de entrega. Mais próximo ainda fica aos resultados de Marques *et al.* (2016), que teve como objeto analisar o PNAE e o PAA no município de São Gabriel, município que se encontra na mesma mesorregião do município de Dom Pedrito, mas não conseguiu, em nenhum ano, até 2017, alcançar o percentual mínimo de destinado ao PNAE.

Naquele município, assim como em Dom Pedrito, os principais produtos comercializados com o ente público, por meio do PNAE, são os hortifrutigranjeiros como também encontra problemas de logística quando levada em consideração a forma de entrega dos alimentos nas escolas. Ainda, da mesma maneira que em Dom Pedrito, foi relatado pelos entrevistados a dificuldade devido à grande frequência e as distâncias para as entregas. Para esse problema, Marques *et al.* (2016) sugeriram a criação de um ponto único de entrega para funcionar como central de distribuição desses alimentos entregues pelos agricultores.

Da mesma forma que os agricultores, os gestores de Dom Pedrito tem o entendimento dessas dificuldades, porém também admitem se tratar de um problema de difícil resolução, uma vez que não é viável financeiramente para a prefeitura a pavimentação das estradas da zona rural do município. Também se torna difícil, segundo dois entrevistados da administração municipal, receber os alimentos perecíveis em menos vezes ou em um único ponto, pois se tratam de hortifrutigranjeiros em sua maior parte, os quais levam muito pouco tempo para decomposição.

Outra dificuldade observada está na ausência de um planejamento conjunto para a produção adaptada às necessidades das escolas municipais e os produtores rurais. Embora haja o auxílio da EMATER nesse aspecto, e levando em consideração a obrigação da prefeitura municipal em destinar anualmente uma parcela do orçamento com a alimentação escolar adquirida diretamente do produtor rural, é difícil planejar as chamadas públicas para que sejam publicadas em períodos regulares devido às questões administrativas internas e aos processos que o órgão público tem em suas atividades diárias.

Também há, segundo os secretários municipais, alguns casos onde o agricultor não possui a documentação de habilitação para vender à Administração Pública, citando diretamente o DAP. A EMATER tem auxiliado os produtores nessa questão, segundo a entrevistada da empresa. Embora nenhum dos agricultores entrevistados tenha tido esse problema aponta-se à necessidade de ampliação do número de fornecedores à prefeitura municipal, visando um aumento na abrangência dessa categoria e no atendimento à alimentação escolar de Dom Pedrito.

Outro problema que se destacou, a partir do ponto de vista da gestão municipal, foram as más condições que as estradas rurais apresentam. Este mesmo problema afeta os agricultores de São Gabriel, segundo destacam Marques *et al.* (2016). A prefeitura de Dom Pedrito visualiza esse problema como um empecilho para os agricultores chegarem até a área urbana. Porém, quando perguntados sobre a possibilidade de resolução, os gestores argumentaram não haver orçamento disponível para a realização de pavimentação. Enquanto isso usam-se medidas paliativas para minimizar essa dificuldade, como o uso maquinário para aplainamento e descarga de pedras para evitar atolamentos nessas vias.

Também foram levantados os problemas relacionados com as condições climáticas, caso de intempéries e a sazonalidade do clima na região, os quais afetam diretamente a produção dos agricultores. Durante a entrevista foi relatada a necessidade de uma ajuda de custo para financiar estruturas para diminuir as perdas da produção com esses fatores. Um dos casos foi o agricultor que necessita adquirir estufas para que sua produção de hortifrutigranjeiros seja realizada com o mínimo de perdas durante o período de inverno. Outro entrevistado relata a necessidade de irrigação em sua propriedade devido à estiagem enfrentada no período de verão. Esses problemas também são apontados por Marques *et al.* (2016), quando enfatiza a necessidade que os agricultores têm de estruturas básicas para a continuação de sua produção.

Essas questões basearam a formulação de propostas para a ampliação dos recursos destinados à agricultura familiar, conforme detalhado no Quadro 2.

Quadro 2 – Propostas para ampliação dos recursos do PNAE destinados à agricultura familiar.

Dificuldades da gestão	Possíveis soluções
<b>Produção local insuficiente para destinar os recursos do PNAE</b>	Aumento da produção voltada ao PNAE por meio de financiamento aos agricultores locais
<b>Falta de documentação dos produtores para concorrer nas chamadas públicas</b>	Cadastro dos agricultores para a obtenção do DAP
<b>Estradas rurais em más condições para chegar até a área urbana</b>	Pavimentação de estradas do interior do município
<b>Sazonalidade e clima</b>	Financiamento aos agricultores à construção de instalações adequadas para minimizar o efeito das intempéries (estufas, sistemas de irrigação)

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados da pesquisa (2020).

Além dessas, algumas dificuldades para o fornecimento dos alimentos às escolas também foram relatadas pelos agricultores locais. Concordando com os gestores, muitos agricultores reivindicaram a necessidade de financiamento às suas produções. Além do fortalecimento dos programas já existentes, direcionados à agricultura familiar, vê-se como alternativa para essa questão uma nova forma de subsídio à produção familiar. Qualquer uma das esferas governamentais teria a capacidade de realizar essa ação, caso do Fundo Rotativo de Agricultura e Desenvolvimento de Dom Pedrito (FRADEP), exemplo citado, no qual a própria prefeitura financiava os produtores a um custo reduzido.

Grande parte dos agricultores, em consonância com a prefeitura, apontaram as más condições das estradas rurais do município. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de melhorias de infraestrutura nessas vias, as quais beneficiariam tanto os produtores locais que abastecem a cidade quanto o escoamento das safras para fora do município. Entretanto, a prefeitura municipal, embora reconheça essa necessidade, aponta a dificuldade de financiamento dessas obras, alegando que o município não conseguiria realizar unilateralmente esse trabalho. Um dos apontamentos que podem ser dados à esta situação está no financiamento junto aos órgãos públicos de financiamento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) ou, a exemplo do calçamento que foi realizado na área urbana do município nos últimos dois anos, o convênio com a Caixa Econômica Federal.

Outro problema apontado pelos agricultores são as frequentes entregas que precisam fazer nas escolas, bem como os lugares distantes que precisam percorrer para atender as chamadas públicas. Devido às características dos alimentos fornecidos, em sua maioria hortifrutigranjeiros, o ente público

municipal exige a entrega com grande frequência diretamente nas escolas. Essa frequência tem sido vista como uma adversidade pelos produtores, pois necessitam gastar mais combustível para entregar poucos alimentos em lugares distantes.

Em termos de proposições, umas das alternativas consiste na entrega em um único local, por exemplo, no setor de alimentação escolar. A partir desse recebimento, a frota que atende a secretaria da educação poderia fazer a distribuição pelas escolas do município. O alimento necessário àquelas escolas rurais seria levado pelos próprios servidores públicos que se deslocam diariamente da região urbana da cidade para essas escolas utilizando do transporte de estudantes que o próprio município realiza. Outra solução seria o estudo da produção alimentar rural por áreas do município, dessa forma os agricultores atenderiam especificamente as escolas mais próximas de suas propriedades.

Ainda, encontram-se situações específicas, caso da enfrentada por três produtores familiares em Dom Pedrito que diz respeito à sua produção de queijo que não é contemplada nas chamadas públicas da prefeitura municipal. Sobre isso, as servidoras lotadas no setor de alimentação escolar esclareceram que, para a aquisição dessa mercadoria são necessárias condições sanitárias diferenciadas pela legislação. Dessa forma, não é viável a inclusão desse item nos certames porque a administração municipal entende que é uma exigência que dificilmente o produtor conseguirá cumprir devido aos custos que gera essa adequação.

Esse problema foi identificado por Marques *et al.* (2016) quando apontaram as exigências sanitárias na produção de pães no município de São Gabriel. Para ambos os problemas, sugere-se que a administração municipal firme convênio com laboratórios públicos, onde possam ser realizadas as análises de qualidade necessárias para produtos dessa natureza. Ambos os municípios possuem campus de universidades públicas onde poderiam ser realizadas essas análises. Na visão de três produtores de Dom Pedrito, não há a possibilidade de se adequar a essas normativas devido ao alto custo que geraria para o produtor.

Essas considerações basearam a construção do Quadro 3 que, além de apontar possíveis soluções aos problemas encontrados, descreve as respostas dos gestores públicos acerca dos problemas mencionados pelos agricultores.

Quadro 3 – Propostas para ampliação dos recursos do PNAE destinados à agricultura familiar.

Problemas mencionados pelos agricultores	Possíveis soluções	Respostas da administração pública
--	--------------------	------------------------------------

<b>Financiamento para a produção</b>	Fortalecimento dos programas já destinados a financiar a agricultura, especialmente, a familiar	Concorda com o fortalecimento dos programas já existentes, porém dependente de outras esferas de governo
<b>Financiamento para a aumento de produção</b>	Suporte da prefeitura e de outras esferas de governo para o financiamento da produção familiar	Já houve um programa de financiamento dos pequenos produtores no município que não existe mais
<b>Estradas rurais em más condições para chegar até a área urbana.</b>	Pavimentação ou melhorias das estradas do interior do município	Não há recursos disponíveis no município à pavimentação necessária

**Quadro 4 – Propostas para ampliação dos recursos do PNAE destinados à agricultura familiar.**

		(conclusão)
<b>Excesso de fracionamento na entrega</b>	Diminuir a frequência de entregas de alimentos; produção e entrega de alimentos por áreas de proximidade	Devido à característica dos produtos hortifrutigranjeiros fica inviável diminuir o número de entregas
<b>Muitos lugares distintos para fazer a entrega dos produtos</b>	Ponto de entrega de alimentos único	Não é possível realizar a entrega em cada escola com a frota da prefeitura
<b>Produção não contemplada</b>	Prever o queijo nas chamadas e propiciar as análises de qualidade necessárias	Apontou a necessidade de acordos com outros órgãos públicos

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados da pesquisa (2020).

Tendo em vista os resultados alcançados, é possível destacar dificuldades enfrentadas tanto pelos agricultores locais quanto pelos gestores. Alguns empecilhos são notados por ambas as categorias, como a dificuldade de acesso que os produtores possuem para entregar suas mercadorias na área urbana, desde as distâncias necessárias a percorrer até as condições das estradas rurais do município. O fracionamento na entrega e a necessidade de haver outras formas de subsídio aos produtores rurais também se mostraram dificultosos para o bom desempenho do PNAE. Esses problemas podem ter acarretado outros também identificados, como a produção insuficiente dos alimentos necessários às escolas municipais. Esses resultados vão ao encontro do estudo de Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014), que também apontaram essas dificuldades em alguns municípios do estado de São Paulo.

Pontualmente, ainda, verificou-se a falta de documentação, por parte do agricultor. Porém, em grande escala, foi identificado problema importante relacionado ao clima, quando levado em consideração as chuvas, secas e intempéries, o qual depende da construção de infraestrutura e tecnologia para amenizar os efeitos.

## 6 CONCLUSÕES

O objetivo do trabalho foi apresentar um estudo de caso que buscasse explicar as dificuldades da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, principalmente no que diz respeito à inserção da agricultura familiar nas chamadas públicas e o cumprimento da legislação que determina que 30% dos recursos destinados ao programa devem ser repassados para compras de alimentos oriundos da agricultura familiar, pelo município de Dom Pedrito. A partir desse objetivo, estruturou-se o estudo que teve como metodologia a aplicação de entrevistas aos agentes públicos e produtores familiares.

Em termos de resultados, apesar de o município apresentar uma média de 31,39% da destinação das verbas do PNAE aos agricultores familiares no período estudado, não foram em todos os anos que o percentual de 30% foi atingido. Levando em consideração o levantamento dos dados, primários e secundários, pertinentes às chamadas públicas da prefeitura municipal e das entrevistas realizadas, pode-se constatar que a participação dos agricultores familiares nas chamadas públicas da prefeitura municipal de Dom Pedrito, desde o ano de 2012 até o ano de 2019, aconteceu, mas demonstrando muitos limitantes.

Quanto à prefeitura municipal, identificou-se que, de forma geral, em relação às dificuldades enfrentadas, que a produção local de alimentos não é suficiente para atender as escolas municipais. Ainda, observou-se, que as chamadas para determinados produtos foram vencidas por cooperativas de fora do município em quase todos os anos analisados e que os itens se repetiam nos editais que tiveram como ganhadores as associações e cooperativas de fora do município.

De outro lado, outra situação encontrada foi que nem todos os produtores rurais familiares possuem a habilitação documental para poder participar das chamadas públicas. Da mesma forma, problemas com as estradas rurais e intempéries dificultam a produção dos agricultores locais e por consequência a sua participação no PNAE.

Ainda, o excesso de fracionamento da entrega dos alimentos nas escolas bem como a distância a ser percorrida pelos produtores de uma escola à outra como um limitante a participação dos agricultores nas chamadas públicas. Levando em consideração a área total do município de Dom Pedrito, torna-se muito difícil esses deslocamentos, principalmente quando se avalia o estado das estradas rurais a partir do ponto de vista dos agricultores e dos gestores municipais.

Com isso evidencia-se que é fundamental o planejamento por parte dos entes públicos, levando em consideração que, ao passo que se repetem os mesmos problemas de chamadas anteriores, deve

haver uma organização com os produtores locais a fim de suprir o fornecimento desses alimentos que são ofertados por produtores de outros municípios e regiões. Caso contrário, pode acabar gerando um aumento de custos para a própria administração municipal, uma vez que além do alimento, é necessário levar em consideração a entrega, caso em que fica agregado o valor do frete no produto.

Também, evidenciou-se a necessidade dos agricultores locais possuírem uma forma de subsídio para a sua produção, uma vez que necessitam estruturas básicas para poder desenvolver sua atividade, aumentando a produção e a produtividade. Nesta situação, portanto, que se faz necessário ações públicas locais de incentivo e organização da produção familiar para que ela possa atender integralmente as escolas municipais e ao mesmo tempo ser atendida pelos programas públicos estaduais e federais.

Além desses problemas, a impossibilidade de alguns agricultores serem atendidos pelo PNAE ou qualquer outro programa de estado ocorre por não atenderem condições documentais, uma vez que não possuem o DAP, documento básico do agricultor que pretende acessar qualquer tipo de financiamento. Dessa forma, demonstrou-se necessário o auxílio *in loco* a estes problemas que existem na área rural do município de Dom Pedrito.

Todavia, esses problemas que decorrem, em geral, de aspectos burocráticos e de produção e de logística, dependem fundamentalmente de recursos públicos, especificamente de financiamentos para a produção e manutenção de suas atividades produtivas. Além disso, faz-se impreterível o planejamento das aquisições referentes ao PNAE em consonância com os agricultores locais. Desta forma, amenizar-se-iam as necessidades, tanto do órgão público quanto dos próprios agricultores familiares.

Apesar das análises pertinentes, este trabalho encontrou algumas limitações no decorrer de sua implementação. Fatos alheios à vontade dos indivíduos, como a pandemia, enquadraram-se como uma dessas limitações, dado que dificultou a etapa de entrevistas. Outra restrição foi a indisponibilidade de servidores da pasta da secretaria de agricultura, pecuária e irrigação do município para participar das entrevistas por motivo de agendamentos prévios já firmados e um incêndio ocorrido na prefeitura municipal que também acabaram dificultando as entrevistas.

Esse trabalho não pretendeu esgotar o assunto, mas trazer um conjunto de informações estruturadas dos agentes envolvidos na implementação do PNAE, no município de Dom Pedrito, entretanto a discussão desenvolvida é a parte inicial para a uma análise sistemática do referido programa. Desse modo, fazem-se necessárias mais pesquisas que tenham concisão e amplitude, aprofundando as discussões e indicando as principais conexões que são requeridas para o processo de destinação dos fundos do PNAE à agricultura familiar.



## REFERÊNCIAS

ABREU, K. D. R. **A implementação do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) em municípios de pequeno porte:** implicações práticas e teóricas. 2014. 112 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e governo). Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, SP, 2014.

ALBUQUERQUE, M. F. M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Revista de Nutrição**. 2009.

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER. **Série histórica soja**. Disponível em: [http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/serie/serie\\_4120161013.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/serie/serie_4120161013.pdf) . Acesso em: 29 de out. 2019.

AZEVEDO, R. F. O. **A relação entre o PNAE e a agricultura familiar:** virtudes e problemas de gestão. Monografia (Bacharel em Gestão de Políticas Públicas). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2014.

BACCARIN, J. G.; BUENO, G.; ALEIXO, S. S.; SILVA, D. B. P. Agricultura familiar e alimentação escolar sob a vigência da Lei 11.947/2009: adequação das chamadas públicas e disponibilidade de produtos no estado de São Paulo em 2011. In: 50 CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2012, Vitória (ES). **Anais da 50 Congresso da SOBER: SOBER**, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BATISTA FILHO, M. Sustentabilidade alimentar do semiárido brasileiro. Recife, Pernambuco: **IMIP**; 2005. 72 p.

BELIK, W. **Circuitos de agricultura familiar no Brasil:** notas para discussão. Agricultura Familiar brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 23 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Medida provisória n. 1.784, de 14 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 dez. 2005. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/Antigas/1784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas/1784.htm)>. Acesso em: 24 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá

outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jun. 1993. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm)> . Acesso em: 24 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)> . Acesso em: 23 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jan. 2001. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)> . Acesso em: 23 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003.** Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 jul. 2003. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm)> . Acesso em: 23 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 set. 2006. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm)> . Acesso em: 23 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm)> . Acesso em: 23 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Portaria interministerial n. 1010, de 8 de maio de 2006.** Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 maio. 2006. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010\\_08\\_05\\_2006.html#:~:text=Institui%20as%20diretrizes%20para%20a,e%20privadas%2C%20em%20%C3%A2mbito%20nacional.>](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html#:~:text=Institui%20as%20diretrizes%20para%20a,e%20privadas%2C%20em%20%C3%A2mbito%20nacional.>)>. Acesso em: 23 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 358, de 18 de maio de 2005. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 maio. 2005. Disponível em: <<http://crn1.org.br/images/pdf/res358.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

BREITENBACH, R; CORAZZA, G. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y**

**Juventud**, 17(2), 262-296. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.11600/1692715x.17212.2019>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M.J. & CASTRO, E. G. de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CAMARGO, R. A. L; BACCARIN, J. G; Silva, D. B P. O papel do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**. v, 8, n. 2 (2013). Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6846/4927>>. Acesso em: 24. Ago. 2020.

CASTRO, T. P.; BOMBARDI, L. M. **Programa nacional de alimentação escolar – PNAE: o elo entre educação e agricultura**. Seminário Uniara, 2012. Disponível em <[https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2012/trabalhos/sessao\\_1/sessao\\_1A/03\\_Terena\\_Castro.pdf](https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_1/sessao_1A/03_Terena_Castro.pdf)>. Acesso em: 24 Ago. 2020.

CONSE, A. Direito Humano à Alimentação Adequada. **Sítio eletrônico Conselho Nacional de Segurança alimentar e nutricional**. 2017.

CORRÊA, R. S. *et al.* Atuação do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2017, v. 22, n. 2 p. 563-574. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.09622016>>. Acesso em: 24 Ago. 2020.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, Porto Alegre, RS. **Perfil socioeconômico dos municípios**. Disponível em <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Dom+Pedrito>. Acesso em: 13/02/2020.

FEIX, R. D; ZANIN, V. **Fontes de crescimento da agricultura no Estado do Rio Grande do Sul entre 1990 e 2010**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 34, Número Especial, 2013. p. 1007-1034.

FERIGOLLO, D. et al. Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista de Saúde Pública**. v.20 p.51-6. 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt\\_0034-8910-rsp-S1518-87872017051006648.pdf](https://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872017051006648.pdf)> Acesso em: 24 ago. 2020.

FREITAS, E. C; PRODANOV, C. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

GARCIA, G. B. **O domínio da terra: conflitos e estruturas agrárias na campanha rio-grandense oitocentista**. Dissertação. (Mestrado em história) 2005. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C; *et al.* Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar. **Sociedade e Cultura**, v. 20, n. 1, 26 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/50853>>. Acesso em: 24 Ago.2020.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília**, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 Ago. 2020.

GUTERRES, L. P. *et al.* PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR –PNAE: UM INCENTIVO À INOVAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM DOM PEDRITO-RS. **Revista GESTO**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 82-98, dez. 2013. Disponível em: <<http://srvapp2s.urisan.tche.br/seer/index.php/gesto/article/view/1293/595>>. Acesso em: 13 Out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: [ibge.gov.br](http://ibge.gov.br). Acesso em: 5 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 2006. 2016a**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/>>. Acesso em 29 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura familiar: MDA/PRONAF: Lei nº 11.326 de 24/07/2006. Rio de Janeiro, 2012. Acesso em: 08 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Censo populacional 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 13/02/2020.

\_\_\_\_\_. **Divisão Territorial Brasileira 2016**. Consultado em 11 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 13/02/2020.

JANUARIO, B. L. **A implementação da Lei 11.947/09 da compra direta da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do Estado de São Paulo: possíveis fatores relacionados**. 2013. Dissertação (Mestrado em Nutrição em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, University of São Paulo, São Paulo, 2013.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARA, F. C. **Notas sobre Medidas de Concentração e Especialização: um Exercício Preliminar para o Emprego no Rio Grande do Sul**. V Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional. 2011. Acessado em 05/10/2019. Disponível em: <http://www.unisc.br/site/sidr/2011/textos/66.pdf>.

MACHADO, M. et. al. **Dos movimentos sociais à implementação do Programa Fome Zero (1993 – 2013): a trajetória da cidadania alimentar no Brasil (20 anos da ação da cidadania e 10 anos do Programa Fome Zero)**. Segurança Alimentar e Nutricional. 2015.

MALUF, R. S. Programas de desenvolvimento rural sustentável e a agricultura familiar no Brasil: enfoques, atores e escalas. **Dossiê: Território, sustentabilidade e ação pública**. Campina Grande. v. 28, ns. 1 e 2, jan. – dez./2009. Disponível em: <<http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes>>. Acessado em: 24 ago. 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição o geral do programa. **Cadernos do CEAM**, UNB, v.7, p. 33-44. 2007.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, n. 2, 2014. p. 1-9.

MATTEI, L. O debate sobre a reforma agrária no contexto do Brasil rural atual. Política e Sociedade. **Revista de Sociologia política**. Volume 15. 2016. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/2491>>. Acesso em 19/10/2020.

MELLO DORNELES, F. et al. Panorama da aquisição de alimentos da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar em um município do Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 86-102, 2018. Disponível em: <<http://codaf.tupa.unesp.br:8082/index.php/recodaf/article/view/71>>. Acesso em: 29 Abr. 2019.

MINAYO, M. C. S. et. Al. **Pesquisa social: Teoria, método e Criatividade**. 21ª edição. Editora Vozes. 2002.

OLALDE, A. R; HASS, J. M. Estrutura agrária e desenvolvimento humano: uma análise comparativa das mesorregiões Sudoeste e Noroeste do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 975-1004, 2017.

OLIVEIRA, T. R. P. R.; SOUSA, H. C.; SILVA, A. P. Agricultura familiar na alimentação escolar.. Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.= J. Brazilian Soc. Food Nutr., São Paulo, SP, v. 38, n. 3, p. 256-268, dez. 2013.

OURIQUES. L. A. X. **Avaliação das dificuldades de inserção dos alimentos provindos da agricultura familiar na alimentação escolar, nos municípios dos Territórios da Cidadania e rurais do Rio Grande do Sul**. Trabalho de conclusão de curso. (Nutrição). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

PEIXINHO, A. M. L. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. 2011. 41 f. Tese. (Doutorado em Ensino de Ciências em Saúde). Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, SP, 2011.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência e Saúde coletiva**. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2013.v18n4/909-916/pt/#ModalArticles>>. Acessado em: 24 ago. 2020.

PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A. O desenvolvimento rural dos municípios e mesorregiões do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2014, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: FEE, 2014. p. 1-30. Acessado em: 18/09/2019. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405237eeg-mesa12-desenvolvimentoruralrs.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2020.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**. Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo, 2013.

RIBEIRO, A. L. P; CERATTI, S; BROCH, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto – **GEDECON**. Vol. 1, nº 01, 2013.

RODRIGUES, R. et al. A aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE no município de Alegre-ES. **Demetra**. v. 12, n. 1, p.91-112, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/26701>>. Acesso em: 24 Ago.2020.

SANTOS, F. et al. Avaliação da inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, em municípios dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1429-1436, maio 2014.

SARAIVA, E. B. *et al.* **Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. *Ciência e saúde coletiva*. 2012. p 927 – 935. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2013.v18n4/927-935/pt/#ModalArticles>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

SCHEUER, J. Dinâmica da agricultura brasileira em 2006–2017. **Revista de Política Agrícola**, 28, dez. 2019. V. 28, n. 3 (2019). Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1429>. Acesso em: 08 Ago. 2020.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS: Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v. 4, n. 1, 2010.

SCHNEIDER, S; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SCHUMACHER, G; MARION FILHO, P. J. A expansão da pecuária no rio grande do sul e o transbordamento na produção de leite (2000 – 2010). **Gestão e Regionalidade**, v. 29, n. 87 – set-dez. 2013.

SILVA, M. G; SILVA, S. P. **Para além do acesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural**. Repositório de conhecimento do IPEA. 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3951>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4.ed. Ver. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcb/files/2011/03/Metodologia-da-Pesquisa-3a-edicao.pdf>> Acesso em: 24 Ago. 2020.

SILVA, D. B. P; *et al.* Os agentes sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): a percepção dos agricultores familiares. **Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**: aproximando agendas e agentes 23 a 25 de abril de 2013, UNESP, Araraquara (SP). Disponível em: <<http://javalí.fcav.unesp.br/Home/departamentos/economiarural/josegiacomobaccarin1559/artigo-pdpp.pdf>> Acesso em: 24 Ago. 2020.

SIQUEIRA, Renata Lopes de *et al.* Análise da incorporação da perspectiva do direito humano à alimentação adequada no desenho institucional do programa nacional de alimentação escolar. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19,n. 1, p. 301-310, Jan. 2014 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232014000100301&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000100301&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 23 Ago. 2020.

SOUZA-ESQUERDO, V. F; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52,supl. 1, p. 205-222, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 Ago 2020.

SOUZA, E. *et al.* Competitividade da agricultura familiar no rio grande do sul. **REUNIR Revista De Administração Contabilidade E Sustentabilidade**, v.5(1), p.106-123. Disponível em: <https://doi.org/10.18696/reunir.v5i1.284>. 2015. Acesso em: 23 de out. 2019.

SOUSA, L. M; *et al.* Atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios goianos. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição - RASBRAN**, v. 10, n. 1, p. 66-71, 5 set. 2019. Disponível em: <<https://www.rasbran.com.br/rasbran/article/view/864>>. Acesso em: 24 Ago.2020.

TRICHES, R. M. **Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar**. 2010. 161 f. Tese

(Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2010.

TRICHES, R. M; SHCNEIDER, S. Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. **Estud. Soc. e Agric**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2012: 66-105. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/citations?user=MX0-nI8AAAAJ&hl=pt-BR&oi=sra>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais** - A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURPIN, M. **Segurança Alimentar e Nutricional**: A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares; p. 20-42. 2009.

VASCONCELOS, F. A. G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Rev. Nutr**, Campinas , v. 18, n. 4, p. 439-457, Ago 2005 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732005000400001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000400001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 ago. 2020.

VEIGA, J. E. **Destinos da ruralidade no processo de globalização**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 51-67, maio/ago. 2004.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E MEIO AMBIENTE E DA EDUCAÇÃO.

Data da entrevista:

Função do entrevistado:

Tempo de atuação na função:

Formação acadêmica:

Roteiro para as entrevistas com o secretário do Planejamento

- a) Identificação do pesquisador;
- b) Motivação da entrevista;
- c) Garantia de sigilo ao entrevistado. Nessa etapa informa-se a respeito do caráter confidencial da pesquisa e que as informações prestadas serão mantidas no anonimato;
- d) Informação sobre a gravação da entrevista, os riscos da pesquisa e sobre a não obrigatoriedade de responder a todas as perguntas;
- e) Concordância em participar da pesquisa (solicitação para que o profissional assine duas vias do TCLE no caso de estar de acordo com a participação da pesquisa, ficando de posse de uma das vias);
- f) Informar sobre os contatos do pesquisador responsável para eventuais dúvidas ou solicitação de retirada das informações da pesquisa;
- g) Conduzir a entrevista conforme segue:

1. Os alunos da rede municipal são atendidos em sua alimentação na escola?

2. Do seu ponto de vista, há produção local suficiente de gêneros necessários para atender as escolas no município?
3. A prefeitura consegue realizar a compra de alimentos da agricultura familiar do município?
4. A prefeitura possui algum setor que atenda os agricultores familiares?
5. A prefeitura possui algum Cadastro dos agricultores familiares?
6. Existem projetos da prefeitura municipal voltados para o estímulo da produção de frutas, verduras e demais gêneros alimentícios necessários na escola?
7. Como o executivo municipal pode estimular a produção da agricultura familiar?
8. A prefeitura tem alguma política/ação específica para melhorar os resultados?
9. Acha importante haver políticas que estimulem a produção da agricultura familiar no município?
10. Vê alguma outra forma de outra esfera do governo estimular a produção/venda dos agricultores familiares ao governo?
11. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela prefeitura municipal para a correta destinação da verba do PNAE?
12. De que maneira o trabalho da prefeitura pode ser facilitado para obter uma maior efetividade nas compras da agricultura familiar?

## **APÊNDICE B**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS SERVIDORES DO SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO**

Data da entrevista:

Função do entrevistado:

Tempo de atuação na função:

Formação acadêmica:

Roteiro para as entrevistas com os servidores do setor de alimentação escolar

- a) Identificação do pesquisador;
- b) Motivação da entrevista;
- c) Garantia de sigilo ao entrevistado. Nessa etapa informa-se a respeito do caráter confidencial da pesquisa e que as informações prestadas serão mantidas no anonimato;
- d) Informação sobre a gravação da entrevista, os riscos da pesquisa e sobre a não obrigatoriedade de responder a todas as perguntas;
- e) Concordância em participar da pesquisa (solicitação para que o profissional assine duas vias do TCLE no caso de estar de acordo com a participação da pesquisa, ficando de posse de uma das vias);
- f) Informar sobre os contatos do pesquisador responsável para eventuais dúvidas ou solicitação de retirada das informações da pesquisa;
- g) Conduzir a entrevista conforme segue:

1. Os alunos da rede municipal são atendidos em sua alimentação na escola?
2. Do seu ponto de vista, há produção local suficiente de gêneros necessários para atender as escolas no município?
3. De que forma é estabelecido o cardápio e as compras para o setor?

4. A prefeitura possui algum setor que atenda os agricultores familiares? O setor de alimentação escolar possui alguma repartição para isso?
5. Existem projetos da prefeitura municipal voltados para o estímulo da produção de frutas, verduras e demais gêneros alimentícios necessários na escola?
6. Como o executivo municipal pode estimular a produção da agricultura familiar?
7. A prefeitura tem alguma política/ação específica para melhorar os resultados?
8. Acha importante haver políticas que estimulem a produção da agricultura familiar no município?
9. Vê alguma outra forma de outra esfera do governo estimular a produção/venda dos agricultores familiares ao governo?
10. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela prefeitura municipal para a correta destinação da verba do PNAE?
11. De que maneira o trabalho da prefeitura pode ser facilitado para obter uma maior efetividade nas compras da agricultura familiar?

## **APÊNDICE C**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR MUNICIPAL**

Data da entrevista:

Função do entrevistado:

Tempo de atuação na função:

Formação acadêmica:

Roteiro para as entrevistas com a presidente da comissão de alimentação escolar de Dom Pedrito

- a) Identificação do pesquisador;
- b) Motivação da entrevista;
- c) Garantia de sigilo ao entrevistado. Nessa etapa informa-se a respeito do caráter confidencial da pesquisa e que as informações prestadas serão mantidas no anonimato;
- d) Informação sobre a gravação da entrevista, os riscos da pesquisa e sobre a não obrigatoriedade de responder a todas as perguntas;
- e) Concordância em participar da pesquisa (solicitação para que o profissional assine duas vias do TCLE no caso de estar de acordo com a participação da pesquisa, ficando de posse de uma das vias);
- f) Informar sobre os contatos do pesquisador responsável para eventuais dúvidas ou solicitação de retirada das informações da pesquisa;
- g) Conduzir a entrevista conforme segue:

1. Os alunos da rede municipal são atendidos em sua alimentação na escola?
2. Do seu ponto de vista, há produção local suficiente de gêneros necessários para atender as escolas no município?
3. Há um acompanhamento do CAE nas compras de alimentação para o PNAE?
4. Há um acompanhamento da CAE na execução do PNAE e nas escolas?

5. Existem projetos da prefeitura municipal voltados para o estímulo da produção de frutas, verduras e demais gêneros alimentícios necessários na escola?
6. Como o executivo municipal pode estimular a produção da agricultura familiar?
7. Acha importante haver políticas que estimulem a produção da agricultura familiar para o PNAE no município?
8. Acha importante políticas de estímulo a produção da agricultura familiar em outras esferas?
9. Vê alguma outra forma de outra esfera do governo estimular a produção/venda dos agricultores familiares ao governo?
10. Quais as principais dificuldades enfrentadas para a correta compra dos produtos alimentícios necessários às escolas?
11. De que maneira o trabalho pode ser facilitado para obter uma maior efetividade nas compras da agricultura familiar e destinação ao PNAE?

## APÊNDICE D

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A EXTENSIONISTA SOCIAL RURAL DA EMATER

Data da entrevista:

Função do entrevistado:

Tempo de atuação na função:

Formação acadêmica:

Roteiro para as entrevistas com a extensionista social rural da EMATER

- a) Identificação do pesquisador;
- b) Motivação da entrevista;
- c) Garantia de sigilo ao entrevistado. Nessa etapa informa-se a respeito do caráter confidencial da pesquisa e que as informações prestadas serão mantidas no anonimato;
- d) Informação sobre a gravação da entrevista, os riscos da pesquisa e sobre a não obrigatoriedade de responder a todas as perguntas;
- e) Concordância em participar da pesquisa (solicitação para que o profissional assine duas vias do TCLE no caso de estar de acordo com a participação da pesquisa, ficando de posse de uma das vias);
- f) Informar sobre os contatos do pesquisador responsável para eventuais dúvidas ou solicitação de retirada das informações da pesquisa;
- g) Conduzir a entrevista conforme segue:

1. Os alunos da rede municipal são atendidos em sua alimentação na escola?

2. Do seu ponto de vista, há produção local suficiente de gêneros necessários para atender as escolas no município?
3. Os agricultores familiares conseguem realizar satisfatoriamente as vendas para a prefeitura no PNAE?
4. A prefeitura possui algum setor que atenda os agricultores familiares?
5. A EMATER faz o acompanhamento da relação da prefeitura com os agricultores familiares?
6. Existem projetos da prefeitura municipal voltados para o estímulo da produção de frutas, verduras e demais gêneros alimentícios necessários na escola?
7. Como o executivo municipal pode estimular a produção da agricultura familiar?
8. A prefeitura tem alguma política/ação específica para melhorar os resultados?
9. Acha importante haver políticas que estimulem a produção da agricultura familiar no município?
10. Vê alguma outra forma de outra esfera do governo estimular a produção/venda dos agricultores familiares ao governo?
11. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela prefeitura municipal para a correta destinação da verba do PNAE?

## **APÊNDICE E**

### **ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES**

Data da entrevista:

Tempo de atuação na agricultura:

Roteiro para as entrevistas com os agricultores familiares

- a) Identificação do pesquisador;
- b) Motivação da entrevista;
- c) Garantia de sigilo ao entrevistado. Nessa etapa informa-se a respeito do caráter confidencial da pesquisa e que as informações prestadas serão mantidas no anonimato;
- d) Informação sobre a gravação da entrevista, os riscos da pesquisa e sobre a não obrigatoriedade de responder a todas as perguntas;
- e) Concordância em participar da pesquisa (solicitação para que o profissional assine duas vias do TCLE no caso de estar de acordo com a participação da pesquisa, ficando de posse de uma das vias);
- f) Informar sobre os contatos do pesquisador responsável para eventuais dúvidas ou solicitação de retirada das informações da pesquisa;
- g) Conduzir a entrevista conforme segue:

Data da entrevista:

1 Você é agricultor familiar?

- SIM ( )                      NÃO ( )
- 2 Você possui o DAP (Documento de Aptidão ao PRONAF)?  
SIM ( )                      NÃO ( )
- 3 Tem algum tipo de assistência técnica em sua propriedade?  
SIM ( )                      NÃO ( )
- 4 Acha possível vender seus produtos para a prefeitura (escolas)?  
SIM ( )                      NÃO ( )
- 5 Tem interesse em fornecer para a prefeitura (escolas)?  
SIM ( )                      NÃO ( )
- 6 Já vendeu para a prefeitura ou estado?  
SIM ( )                      NÃO ( )
- 7 Conhece o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)?  
SIM ( )                      NÃO ( )
- 8 Conhece a destinação de 30% do PNAE à agricultura familiar?  
SIM ( )                      NÃO ( )
- 9 Já participou de alguma chamada pública do PNAE?  
SIM ( )                      NÃO ( )
- 10 Se sim, conseguiu realizar a venda?  
SIM ( )                      NÃO ( )
- 11 Os locais de entrega eram de fácil acesso para você?  
SIM ( )                      NÃO ( )
- 12 Foi feito o mapeamento da produção pela prefeitura?  
SIM ( )                      NÃO ( )
- 13 Quais as dificuldades encontradas?